

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Larissa de Souza Kraitsfeld

Desigualdades sociais e acesso ao ensino superior: uma perspectiva sobre os
estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de
Juiz de Fora

Juiz de Fora
2026

Larissa de Souza Kraitsfeld

Desigualdades sociais e acesso ao ensino superior: uma perspectiva sobre os estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à conclusão do curso de Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Morais Simões de Melo

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza Kraitsfeld, Larissa.

Desigualdades sociais e acesso ao ensino superior : uma perspectiva sobre os estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora / Larissa Souza Kraitsfeld. -- 2026.

96 p.

Orientadora: Carolina Moraes Simões de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. desigualdades sociais. 2. ensino superior. 3. estudantes trabalhadores. 4. permanência estudantil. 5. Serviço Social. I. Moraes Simões de Melo, Carolina, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Larissa de Souza Kraitsfeld
Matrícula Discente	201919010
Título do TCC	Desigualdades sociais e acesso ao ensino superior: uma perspectiva sobre os estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora
Natureza do trabalho	Monografia
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Carolina Morais Simões de Melo
Coorientador (se houver)	xxx
Data da aprovação	22/07/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Carolina Morais Simões de Melo Dra. Ana Maria Ferreira Dra. Nicole Cristina Oliveira Silva

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 22 de julho de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Morais Simões de Melo, Professor(a)**, em 24/07/2026, às 23:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa de Souza Kraitsfeld, Usuário Externo**, em 28/07/2026, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3080541** e o código CRC **274FAE75**.



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para superar os desafios e tornar possível a conclusão desta importante etapa da minha trajetória acadêmica. À Universidade, pela oportunidade de formação e pelos conhecimentos construídos ao longo do curso, que contribuíram significativamente para meu crescimento pessoal e profissional. Aos meus pais, Jucélio e Liliane, expresso minha mais profunda gratidão por todo o amor, apoio, incentivo e pelos inúmeros sacrifícios realizados para que eu pudesse chegar até aqui. Esta conquista também é de vocês. Ao meu tio, Robson, agradeço pelo apoio no início da graduação, especialmente pela ajuda com o transporte, que foi fundamental para que eu pudesse dar os primeiros passos nessa caminhada. Ao meu esposo, expresso minha sincera gratidão pelo amor, companheirismo, paciência e apoio incondicional durante toda essa trajetória. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos, por acreditar na minha capacidade, por me incentivar diante das dificuldades e por compreender as renúncias necessárias para que eu pudesse alcançar este objetivo. Seu apoio foi essencial para a concretização deste sonho. À minha orientadora, Carolina Moraes, agradeço pela dedicação, paciência, disponibilidade e pelos valiosos ensinamentos ao longo da elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso. Sua orientação, confiança e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para meu crescimento acadêmico. Ao meu supervisor de campo de estágio, Edielson, expresso minha sincera gratidão, pela disponibilidade e pelos valiosos ensinamentos compartilhados durante o período de estágio. Agradeço pela orientação, pelo compromisso com minha formação profissional e pela confiança depositada em meu aprendizado. A convivência e as experiências proporcionadas no campo de estágio foram fundamentais para a articulação entre teoria e prática, contribuindo de maneira significativa para minha formação acadêmica e para a construção da minha identidade profissional como assistente social. Por fim, agradeço a todos os professores, colegas, familiares e amigos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação e estiveram presentes ao longo dessa jornada, oferecendo apoio, incentivo e acreditando em minha capacidade. A todos, o meu sincero muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a relação entre as desigualdades sociais e o acesso ao ensino superior, com enfoque na realidade dos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Parte-se do entendimento de que, embora a ampliação das políticas de democratização do acesso tenha possibilitado o ingresso de grupos historicamente excluídos na universidade, a permanência desses estudantes ainda é marcada por diversos desafios relacionados às condições socioeconômicas. O objetivo do estudo é compreender as dificuldades e desafios de conciliar estudo e trabalho. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa fundamentar-se em revisão bibliográfica e documental, com análise de dados secundários produzidos por pesquisas institucionais e acadêmicas sobre o tema. Os resultados indicam que a necessidade de conciliar trabalho e estudos impõe obstáculos que vão além das escolhas individuais, refletindo desigualdades estruturais de classe, gênero e raça. Conclui-se que a efetiva democratização do ensino superior depende não apenas da ampliação do acesso, mas também do fortalecimento de políticas públicas de permanência estudantil capazes de assegurar condições materiais para a continuidade da formação acadêmica.

Palavras-chave: desigualdades sociais; ensino superior; estudantes trabalhadores; permanência estudantil; Serviço Social.

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between social inequalities and access to higher education, focusing on the reality of working students enrolled in the Social Work program at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). It is based on the understanding that, although the expansion of policies aimed at democratizing access to higher education has enabled historically excluded groups to enter universities, these students' ability to remain in higher education continues to be marked by several challenges related to their socioeconomic conditions. The objective of this study is to understand the difficulties and challenges of balancing work and academic studies. To achieve this objective, the research is based on a bibliographic and documentary review, with an analysis of secondary data produced by institutional and academic studies on the subject. The findings indicate that the need to reconcile work and study creates obstacles that go beyond individual choices, reflecting structural inequalities related to class, gender, and race. It is concluded that the effective democratization of higher education depends not only on expanding access but also on strengthening public student assistance policies capable of ensuring the material conditions necessary for students to continue their academic education.

Keywords: social inequalities; higher education; working students; student retention; Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Percentual de concluintes do ensino médio no ano que ingressam na educação superior	37
Figura 2 - Histórico do perfil de gênero e sexo dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2015, 2018, 2020 e 2023	54
Figura 3 - Perfil etário dos estudantes ingressantes na Faculdade de Serviço Social da UFJF em 2015, destacando a concentração na faixa de 17 a 25 anos.	56
Figura 4 - Distribuição absoluta por faixas etárias dos estudantes de Serviço Social da UFJF em 2018	56
Figura 5 - Distribuição dos discentes da Faculdade de Serviço Social da UFJF por ano de nascimento em 2020	57
Figura 6 - Frequência absoluta de idades individuais declaradas pelos respondentes da pesquisa de 2023	57
Figura 7 - Histórico da distribuição por raça/cor autodeclarada entre os estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2015, 2018, 2020 e 2023.	59
Figura 8 - Evolução comparativa da distribuição percentual de renda familiar dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2018, 2020 e 2023	62
Figura 9 - Evolução comparativa do vínculo empregatício dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos anos 2018, 2020 e 2023	65
Figura 10 - Comparativo da carga horária semanal de trabalho entre os discentes de Serviço Social da UFJF que exerciam atividade remunerada nos anos de 2018 e 2023	67
Figura 11 - Necessidade de renúncia laboral entre os discentes de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2018 e 2023	68
Figura 12 - Busca por inserção no mercado de trabalho entre os estudantes não trabalhadores da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos anos de 2018 e 2023	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAEX	Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONGRAD	Conselho Setorial de Graduação
COVID-19	Coronavirus Disease 2019 (Doença do Coronavírus 2019)
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FSS	Faculdade de Serviço Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES TRABALHADORES	16
1.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	16
1.2 ESTUDANTES TRABALHADORES NAS UNIVERSIDADES: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA JUVENTUDE	28
2 AS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF	40
2.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	40
2.2 O ESTUDANTE TRABALHADOR NA UFJF: DESAFIOS E ATRAVESSAMENTOS	44
2.3 PERFIL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	50
2.3.1 Perfil das e dos estudantes do Curso de Serviço Social da UFJF	53
2.3.2 Trabalho e condições de vida dos estudantes	64
2.3.3 Moradia, transporte e assistência estudantil	70
2.3.4 Mulheres estudantes, trabalho e responsabilidades familiares	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	92
ANEXO I	92

INTRODUÇÃO

O acesso ao ensino superior brasileiro tem passado por importantes transformações nas últimas décadas, especialmente em decorrência da ampliação das políticas de democratização do acesso às universidades públicas. Apesar desses avanços, a permanência dos estudantes continua sendo um desafio significativo, sobretudo para aqueles oriundos da classe trabalhadora que necessitam conciliar as atividades acadêmicas com o trabalho remunerado. Nesse contexto, compreender as condições de acesso e permanência dos estudantes trabalhadores torna-se fundamental para analisar os limites e as possibilidades da efetivação do direito à educação em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

A escolha do tema “desigualdades sociais e acesso ao ensino superior: uma perspectiva sobre os estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora” justifica-se pela relevância de dar visibilidade a um grupo expressivo da comunidade universitária que, embora presente nas estatísticas educacionais, frequentemente permanece invisibilizado nos debates institucionais. Compreender suas trajetórias, desafios e estratégias de permanência contribui para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil, para o fortalecimento de práticas acadêmicas mais inclusivas e para a consolidação da universidade pública como espaço democrático e socialmente referenciado.

Além disso, a escolha do tema está relacionada à minha trajetória acadêmica e experiência pessoal enquanto estudante trabalhadora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ingressei na universidade em 2019 e, ao longo da graduação, vivenciei os desafios de conciliar as demandas acadêmicas com as responsabilidades do trabalho. Essa realidade tornou-se ainda mais evidente no período de realização do estágio obrigatório, momento em que enfrentei dificuldades para encontrar um campo de estágio com horário compatível com minha jornada profissional, o que resultou na necessidade de trancar a graduação por dois períodos. O retorno à universidade ocorreu somente após conseguir inserção em um campo de estágio que possibilitasse a conciliação entre as atividades acadêmicas e profissionais. Essa vivência, pode evidenciar as barreiras enfrentadas por estudantes pertencentes à classe trabalhadora no processo de permanência no ensino superior e despertou meu interesse em compreender, de forma mais ampla,

as dificuldades e os desafios que outros estudantes trabalhadores também enfrentam para articular estudo, trabalho e formação profissional. Assim, a experiência pessoal constitui-se como ponto de aproximação com a temática investigada, contribuindo para a reflexão sobre as desigualdades sociais que atravessam o acesso e a permanência na universidade.

A análise desenvolvida neste estudo fundamenta-se na tradição crítica das Ciências Sociais e do Serviço Social, compreendendo que as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior não podem ser explicadas apenas por fatores individuais, mas devem ser entendidas a partir das determinações estruturais da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, o trabalho dialoga com autores como Marx (2013), Saviani (2007), Iamamoto (2010) e Netto (2017), que analisam a relação entre trabalho, educação e questão social como expressões das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Propõe-se como objetivo geral desta pesquisa compreender as dificuldades de acesso e permanência dos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Como objetivos específicos, busca-se identificar a caracterização dos e das estudantes trabalhadores(as) da Faculdade de Serviço Social da UFJF no período de 2015 a 2023; e analisar como as desigualdades sociais, especialmente relacionadas à classe, raça e gênero, incidem sobre as condições de acesso, permanência e trajetória acadêmica dos estudantes trabalhadores. Para alcançar esses objetivos, do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se no método materialista histórico-dialético, por possibilitar a apreensão da realidade em sua totalidade e em suas múltiplas determinações. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como as condições materiais de existência da classe trabalhadora influenciam as trajetórias educacionais e os processos de permanência universitária.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Foram analisadas produções acadêmicas, documentos institucionais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pesquisas sobre o perfil discente do curso de Serviço Social, informações disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), e informações estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especialmente por meio do Censo da

Educação Superior. A articulação dessas fontes possibilitou examinar as condições objetivas que atravessam a trajetória dos estudantes trabalhadores e os desafios relacionados à sua permanência no ensino superior.

Inicialmente, o projeto previa a realização de pesquisa de campo junto aos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF, mediante entrevistas semiestruturadas, buscando compreender, a partir da perspectiva dos estudantes, quais os desafios encontrados na permanência e conclusão do curso. Em razão dessa proposta, o projeto foi submetido aos procedimentos necessários para apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Contudo, diante dos prazos para encerramento do Trabalho de Conclusão de Curso, não foi possível aguardar pela emissão do parecer pelo referido CEP, inviabilizando as entrevistas pelo tempo que seria demandado na sua divulgação, realização e análise. Foi realizada, então, uma reformulação metodológica, concentrando a análise em dados secundários já disponíveis, passando a fundamentar-se exclusivamente em fontes documentais e bibliográficas, não envolvendo contato direto com participantes. O parecer favorável do CEP/UFJF foi emitido no dia 25 de junho de 2026, sob nº 8.538.470 (Anexo I), resguardando eticamente a análise de dados sensíveis contidos nos dados disponibilizados acerca do perfil dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

O trabalho está organizado em dois capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado "Trabalho e Educação no Modo de Produção Capitalista: a Constituição do Ensino Superior no Brasil e os desafios dos estudantes trabalhadores", são discutidas as relações entre trabalho, educação e questão social no modo de produção capitalista, evidenciando como essas categorias se articulam historicamente na sociedade brasileira e influenciam a constituição do ensino superior. Em seguida, aborda-se a realidade dos estudantes trabalhadores nas universidades, a partir de uma perspectiva da juventude, discutindo os desafios enfrentados para conciliar estudo, trabalho e demais dimensões da vida social.

O segundo capítulo apresenta, inicialmente, os apontamentos metodológicos da pesquisa, explicitando o percurso metodológico adotado, os procedimentos de coleta e análise dos dados documentais e a caracterização do universo pesquisado. Na sequência, analisa a realidade dos estudantes trabalhadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, destacando os principais desafios e atravessamentos relacionados à permanência no ensino superior. Por fim, apresenta o perfil

socioeconômico dos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF, discutindo aspectos referentes às condições de trabalho e de vida, moradia, transporte, acesso à assistência estudantil e às relações entre trabalho, gênero e responsabilidades familiares, com ênfase na realidade das mulheres estudantes.

Nas considerações finais, são retomados os principais resultados da pesquisa, evidenciando como as desigualdades sociais atravessam as trajetórias dos estudantes trabalhadores e reafirmando a importância das políticas públicas de acesso e permanência para a efetivação do direito à educação superior pública.

1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES TRABALHADORES

Este capítulo tem por objetivo analisar a relação entre trabalho, educação e questão social no contexto do modo de produção capitalista, buscando compreender como as determinações históricas e estruturais desse sistema influenciaram a constituição do ensino superior brasileiro e continuam incidindo sobre as condições de acesso e permanência da classe trabalhadora na universidade. Inicialmente, discutem-se os fundamentos teóricos que articulam trabalho, educação e questão social, evidenciando o papel da educação na reprodução das relações sociais capitalistas e as contradições presentes na política educacional.

Em seguida, apresenta-se o processo histórico de formação e desenvolvimento do ensino superior no Brasil, destacando seu caráter elitizado e os avanços promovidos pelas políticas de democratização do acesso nas últimas décadas. Por fim, analisam-se as condições de vida dos estudantes trabalhadores, considerando as especificidades das juventudes brasileiras, a articulação entre estudo e trabalho e os desafios enfrentados para a permanência na educação superior. Busca-se, assim, compreender as determinações históricas e sociais que conformam a realidade dos estudantes trabalhadores no ensino superior, fornecendo os elementos teóricos necessários para a análise desenvolvida nesta pesquisa.

1.1 TRABALHO, EDUCAÇÃO E QUESTÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A relação entre trabalho, educação e questão social deve ser compreendida dentro das transformações históricas do capitalismo, especialmente a partir do estágio monopolista. A compreensão da relação entre trabalho, educação e questão social é fundamental para esta pesquisa, pois os estudantes da classe trabalhadora vivenciam as expressões das desigualdades produzidas pela sociabilidade capitalista, que influenciam tanto suas condições de vida quanto suas possibilidades de acesso e permanência no ensino superior. Além disso, por se tratar da política de educação, torna-se necessário compreender como essa política foi historicamente

constituída e transformada, bem como os desafios enfrentados pelos sujeitos que conciliam trabalho e formação acadêmica.

Conforme analisa José Paulo Netto (2017), o capitalismo dos monopólios marca um novo patamar na dinâmica das contradições sociais, econômicas e políticas, ao intensificar as formas de exploração e de controle sobre a força de trabalho. Nesse contexto, o Estado passa a exercer um papel decisivo na regulação das relações sociais e na administração das expressões da questão social, integrando as dimensões econômicas e políticas em favor da reprodução do capital.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da 'questão social', que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da 'questão social' de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (Netto, 2017, p. 30)

Segundo Netto (2017), a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista não suprime as contradições inerentes ao sistema capitalista, mas as reconfigura em uma escala mais ampla e complexa. O controle dos mercados pelos grandes grupos econômicos e a centralização da produção criam condições para o aumento da desigualdade social e para a ampliação do chamado "exército industrial de reserva", contingente de trabalhadores disponíveis ao mercado em condições precárias de subsistência (Netto, 2017). Assim, o trabalho mantém-se como a categoria central na produção e reprodução da vida social, mas submetido a novas formas de precarização e subordinação aos interesses monopolistas.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo e suas implicações sociais, José Paulo Netto (2001) evidencia que a questão social é expressão direta das contradições estruturais do modo de produção capitalista, emergindo das desigualdades inerentes à relação entre capital e trabalho. Essa perspectiva permite compreender que o processo de acumulação e as transformações do trabalho, especialmente no contexto do capitalismo monopolista, intensificam as formas de

exploração e exclusão social, impactando as condições de vida da classe trabalhadora.

No cenário contemporâneo, a análise da questão social deve considerar as transformações ocorridas no mundo do trabalho sob a hegemonia do capital financeiro. Marilda Iamamoto (2010), em *Serviço Social em tempos de capital fetiche*, aprofunda essa discussão ao demonstrar que a financeirização da economia e a lógica do capital fetiche intensificam a exploração do trabalho e aprofundam as expressões da desigualdade social. Para a autora, o processo de valorização do capital, cada vez mais desvinculado da produção material, subordina todas as dimensões da vida social à lógica mercantil, fragilizando direitos historicamente conquistados e ampliando a precarização das relações de trabalho.

O Estado, nesse contexto, assume funções de garantia das condições gerais da reprodução financeira, o que repercute diretamente nas políticas sociais, incluindo a educação.

As feições assumidas pela questão social são indissociáveis das responsabilidades dos governos, nos campos monetário e financeiro, e da liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar sem regulamentação e controle, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizar na esfera financeira e especulativa. Reafirma-se a hipótese antes referida que o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz da questão social na era das finanças. Atesta o caráter radical da alienação que conduz à invisibilidade do trabalho - e dos sujeitos que o realizam - subordinando a sociabilidade humana às coisas: ao capital dinheiro e ao capital mercadoria, potenciando, simultaneamente, as contradições de toda ordem e as necessidades sociais radicais. (Iamamoto, 2010, p.37)

Segundo a autora, a lógica do capital fetiche, caracterizada pela autonomização das formas financeiras do capital, intensifica a subordinação da vida social às exigências de rentabilidade e expansão dos mercados financeiros. Essa hegemonia do capital financeiro redefine não apenas o processo de trabalho, mas também as formas de organização da produção, do consumo e dos direitos sociais. Essas transformações têm impacto direto nas condições gerais que estruturam a relação entre trabalho e educação no capitalismo. A financeirização reforça uma exigência permanente de flexibilização, adaptação e multifuncionalidade da força de trabalho, pressionando os sistemas educacionais a se ajustarem às demandas voláteis do mercado e aos imperativos da competitividade global. Nesse contexto, a

educação é convocada a desempenhar simultaneamente funções de qualificação técnica, adestramento comportamental e legitimação ideológica da ordem vigente, reforçando narrativas de “empregabilidade” e responsabilização individual.

Nesse cenário, a educação adquire uma função estratégica. Como aponta Netto (2017), as políticas educacionais, especialmente aquelas de caráter técnico e profissionalizante, são incorporadas pelo Estado burguês como parte de sua política social voltada à formação e à adequação da força de trabalho às demandas do capital monopolista. Ou seja, a educação deixa de ser um direito social e passa a integrar o aparato de legitimação e de sustentação do sistema, ao mesmo tempo em que responde parcialmente às reivindicações das classes trabalhadoras por inclusão e mobilidade social.

Dessa forma, a política educacional, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de acesso e formação, também reproduz a lógica da desigualdade social própria do modo de produção capitalista. A partir da análise de José Paulo Netto (2017), compreende-se que as políticas sociais, entre elas a educação, assumem no capitalismo monopolista uma dupla funcionalidade: respondem a demandas sociais legítimas, mas são estruturadas de modo a garantir a continuidade da acumulação capitalista e a legitimação do Estado.

Essa compreensão dialoga com Saviani (2007), que analisa a gênese histórica da relação entre trabalho e educação. O autor evidencia que a educação surge como mediação necessária para transmitir os conhecimentos produzidos pelo trabalho humano, mas que, no capitalismo, essa relação passa a ser apropriada pelas classes dominantes como forma de organizar, hierarquizar e controlar a força de trabalho. Para Saviani (2007), a escola moderna estrutura-se conforme a divisão social do trabalho, assumindo a função de produzir a qualificação necessária à acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que internaliza normas, valores e comportamentos funcionais ao sistema.

Como assinala em outro momento (Saviani, 1994, p. 162), a escola, desde suas origens, foi posta do lado do trabalho intelectual; constituiu-se num instrumento para a preparação dos futuros dirigentes que se exercitavam não apenas nas funções da guerra (liderança militar), mas também nas funções de mando (liderança política), por meio do domínio da arte da palavra e do conhecimento dos fenômenos naturais e das regras de convivência social. Como já foi apontado, isso pode ser detectado no Egito desde as primeiras dinastias até o surgimento do escriba, assim como na Grécia, em Roma e na Idade Média, cujas escolas, restritas, cumpriam a função de preparar os também restritos quadros dirigentes (intelectuais)

então requeridos. Nesses contextos, as funções manuais não exigiam preparo escolar. A formação dos trabalhadores dava-se com o concomitante exercício das respectivas funções. Mesmo no caso em que se atingiu alto grau de especialização, como no artesanato medieval, o sistema de aprendizado de longa duração ficava a cargo das próprias corporações de ofícios: o aprendiz adquiria o domínio do ofício exercendo-o juntamente com os oficiais, com a orientação do mestre, por isso mesmo chamado de 'mestre de ofícios' (Saviani, 2007, p.157-158).

Saviani (2007), explica a que a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual surge com a divisão social de classes, inaugurando uma dualidade educacional que persiste até hoje: de um lado, uma educação voltada à formação para o trabalho, destinada às classes subalternas; de outro, uma educação voltada à gestão e à administração dos meios de produção, reservada às classes dominantes. Para Saviani (2007), essa dualidade revela a função histórica da escola no capitalismo, reproduzir as desigualdades sociais sob a aparência de neutralidade e mérito. No entanto, o autor ressalta que a educação, ao mesmo tempo em que serve à reprodução da ordem social, também contém um potencial emancipador, na medida em que pode desenvolver a consciência crítica e possibilitar a compreensão das contradições do sistema.

No mesmo sentido, Luiz Antônio Cunha (2000), ao analisar o desenvolvimento histórico da educação técnica e industrial no Brasil, demonstra que a formação para o trabalho sempre esteve subordinada às demandas econômicas e às políticas de desenvolvimento dependente. Cunha (2000), evidencia que as reformas educacionais das décadas de 1980 e 1990 aprofundaram a dualidade estrutural do sistema educacional, promovendo a expansão do ensino técnico voltado às classes populares e a elitização do ensino superior, voltado às classes dirigentes. Cunha (2000) argumenta que essas reformas, ao invés de democratizarem o acesso ao conhecimento, reforçaram a segmentação da educação e consolidaram um modelo de formação instrumental, que prepara para a adaptação às exigências do mercado, e não para a transformação social.

Essa lógica de produção também é abordada por Iamamoto (2010), ao analisar que o trabalho, no contexto do capitalismo contemporâneo, é transformado em mercadoria e submetido à racionalidade do lucro. Consequentemente, a educação passa a ser orientada pela lógica do capital, priorizando a adaptação do indivíduo ao mercado em detrimento da formação crítica e emancipatória. Frigotto (2015) complementa que a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e a

flexibilização dos direitos repercutem diretamente sobre a educação, que passa a ser guiada por parâmetros produtivistas e tecnicistas.

A educação, ao ser apropriada pela lógica do capital, transforma-se em mercadoria, subordinando seus objetivos formativos às exigências do mercado e da racionalidade empresarial. Como analisa Frigotto (1995; 2015), a crise estrutural do capital redefine o papel da educação, deslocando-a de direito social para investimento individual, reforçando a perspectiva de que cabe aos trabalhadores qualificarem-se para se manterem empregáveis, independentemente das desigualdades estruturais que condicionam suas possibilidades reais. Nessa direção, Iamamoto (2010) demonstra que a lógica do capital fetiche permeia também as políticas educacionais, ampliando a privatização, a competição institucional e a expansão de mecanismos avaliativos que incorporam parâmetros gerenciais ao ensino superior.

Em contraposição, é importante pensar alternativas e estratégias de construção de um outro projeto de educação que possa potencializar as necessidades e projetos da classe trabalhadora, considerando suas conquistas históricas.

Gaudêncio Frigotto (2001) analisa as contradições no âmbito da formação profissional e técnica no Brasil, abordando os desafios da política educacional na contemporaneidade, que são determinantes para pensar o ensino superior. Para ele, os projetos educacionais estão inseridos em disputas entre diferentes modelos de sociedade. De um lado, encontra-se a perspectiva vinculada ao neoliberalismo e aos interesses do mercado, influenciada por organismos internacionais e assumida pelas políticas educacionais do Estado. Nesse modelo, a educação profissional é orientada para atender às demandas do capital, priorizando a adaptação do trabalhador às exigências do mercado flexível e competitivo. Assim, a formação passa a enfatizar competências e empregabilidade, produzindo trabalhadores ajustados à lógica produtiva, mas sem garantir efetivamente emprego, cidadania ou emancipação social.

O autor critica a ideia de educação voltada para o mercado, pois ela reforça desigualdades e transforma a formação em instrumento de acomodação social. Nesse contexto, a responsabilidade pelo desemprego é transferida ao indivíduo, que passa a ser visto como mais ou menos “empregável”, enquanto o Estado reduz sua atuação na garantia de direitos sociais. Dessa forma, a educação profissional deixa

de ser compreendida como direito social e passa a funcionar como estratégia limitada de inserção precária no mercado de trabalho.

Em oposição a esse projeto, Frigotto (2001) defende uma educação pública, democrática, gratuita e integrada, articulada à formação humana ampla e à transformação social. Para o autor, a educação básica e a educação profissional não devem ser separadas, mas vinculadas à construção de sujeitos críticos, autônomos e capazes de participar da vida social e política. Nessa perspectiva, o trabalho, a ciência e a tecnologia devem estar voltados para atender às necessidades humanas e não apenas à geração de lucro. Além disso, o autor ressalta que a construção de uma educação emancipadora depende da participação dos movimentos sociais e das organizações da classe trabalhadora, fortalecendo práticas democráticas e coletivas. Assim, Frigotto (2001) compreende a educação como parte das lutas sociais por igualdade, solidariedade e emancipação humana, defendendo um projeto societário que coloque o ser humano acima dos interesses do mercado e do capital.

A educação crítica e emancipatória propõe romper com esse caráter reprodutor. Inspirada em autores como Paulo Freire (2003), essa perspectiva entende a educação como prática de liberdade, capaz de promover consciência crítica, participação social e transformação das estruturas opressoras. A pedagogia freireana valoriza o diálogo, a contextualização e o reconhecimento dos sujeitos como protagonistas do processo educativo. A partir desse referencial, a escola deixa de ser apenas espaço de transmissão de conteúdos e passa a ser ambiente de construção coletiva do conhecimento, no qual as experiências e saberes populares são valorizados. Essa abordagem é fundamental para pensar políticas de democratização da educação em um país com desigualdades tão profundas quanto o Brasil.

Ao pensar o ensino superior, também é possível refletir sobre as potencialidades democráticas do ambiente universitário, historicamente negado às classes subalternas. Conforme Chauí (2003), a universidade pode ser compreendida como uma instituição social que expressa, de forma concreta, a organização e a dinâmica da sociedade em que se insere. No seu interior, coexistem diferentes posições, interesses e projetos que refletem as desigualdades, disputas e contradições sociais mais amplas. Essa vinculação entre universidade e sociedade permite entender por que, desde sua constituição histórica, a universidade pública se afirmou como uma prática social dotada de legitimidade pública e funções

socialmente reconhecidas. Tal condição se fundamenta em um princípio de diferenciação institucional, que lhe assegura relativa autonomia em relação a outras esferas sociais, bem como em um conjunto próprio de normas, regras e valores que orientam seu funcionamento e sustentam seu reconhecimento interno e externo (Chauí, 2003). Como afirma a autora:

A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Em outras palavras, sobretudo depois da Revolução Francesa, a universidade concebe-se a si mesma como uma instituição republicana e, portanto, pública e laica (Chauí, 2003, p.5).

Segundo Chauí (2003), ao longo do século XX, especialmente após as revoluções sociais e as lutas políticas delas decorrentes, a educação e a cultura passaram a ser compreendidas como dimensões constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos sociais. Nesse contexto, a universidade deixou de ser apenas uma instituição de vocação republicana para afirmar-se também como um espaço intrinsecamente ligado à democracia e à democratização do saber. Ainda que essa democratização nem sempre tenha se efetivado plenamente, a universidade não pôde se desvincular da democracia enquanto princípio regulador de sua atuação. Ao mesmo tempo, a tensão entre o ideal democrático de igualdade e a realidade da sociedade de classes colocou a instituição universitária diante de posicionamentos políticos e sociais contraditórios, inclusive em relação aos projetos socialistas. A autora destaca que a relação entre universidade e Estado não é externa ou neutra, pois a existência de uma universidade autônoma e democrática depende diretamente da presença de práticas republicanas e democráticas no próprio Estado.

Contudo, a universidade não se reduz a um simples reflexo da sociedade ou do Estado. Embora possua autonomia intelectual, sua capacidade de estabelecer uma relação crítica e conflituosa com ambos encontra-se cada vez mais limitada, expressando internamente disputas entre projetos que ora reforçam, ora questionam as desigualdades e exclusões sociais. Nesse sentido, Chauí (2003) compreende a formação universitária como um processo temporal e crítico, que articula passado, presente e futuro, introduzindo os sujeitos na herança cultural, estimulando a reflexão sobre os problemas do presente e criando condições para a produção de

novos sentidos. Há formação, portanto, quando o conhecimento ultrapassa a mera reprodução do instituído e se converte em obra de pensamento, capaz de interrogar a realidade, elaborar conceitos e abrir possibilidades de transformação (Chauí, 2003).

Ao refletir sobre a constituição histórica das universidades públicas brasileiras, é possível observar que as particularidades da formação socio-histórica do Brasil impactam na política educacional, particularmente do ensino superior, e trazem desafios para o potencial democrático do espaço universitário. As universidades no Brasil atravessam um percurso profundamente marcado por elitismo, lentidão institucional e estreita vinculação aos interesses políticos das classes dominantes, como analisa Cunha (2007b). Ao longo dos séculos, o ensino superior não se configurou de maneira neutra ou desvinculada das relações de poder, mas foi moldado como um aparato ideológico e organizacional que reproduzia privilégios e consolidava posições de autoridade social. Desde o período colonial, como evidenciam Cunha (2007b) e Saviani (2007), a educação superior foi estruturada para atender interesses específicos, configurando-se mais como um espaço de distinção do que como um direito social universal.

Conforme analisa Cunha (2007b), ainda no século XVI, os jesuítas tentaram estabelecer cursos avançados na colônia, buscando institucionalizar formas de ensino que ultrapassassem o nível elementar. Entretanto, essas iniciativas não prosperaram devido à resistência da Coroa portuguesa, que temia o surgimento de uma elite local intelectualizada capaz de disputar posições administrativas. Também havia desinteresse dos colonos, que não reconheciam a necessidade de formar quadros administrativos locais, uma vez que tais funções eram majoritariamente ocupadas por indivíduos enviados diretamente de Portugal.

Assim, enquanto no restante da América Latina surgiam universidades desde meados do século XVI, como a Universidad Nacional Mayor de San Marcos, fundada no Peru em 1551, o Brasil permaneceu à margem desse processo por quase três séculos. Essa ausência inicial já revelava o caráter seletivo e centralizador da política educacional portuguesa. Somente em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, criam-se os primeiros cursos superiores oficiais, voltados à formação de profissionais que atenderiam às demandas do novo aparato estatal instalado no território colonial. Destacam-se nesse período o Curso Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, ambos criados no

mesmo ano, em 1808. Pouco depois, surgem os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, em 1827, com a finalidade de formar a elite política e jurídica que conduziria a administração pública do país recém-independente (Cunha, 2007b).

No final do século XIX e início do século XX, com a transição do Império para a República, o processo de “desoficialização” ampliou a possibilidade de criação de cursos superiores por outras instâncias governamentais, como os estados. Contudo, esse movimento não promoveu democratização do acesso. Ao contrário, reforçou desigualdades ao permitir que grupos regionais de influência organizassem instituições alinhadas aos seus próprios interesses. A forte influência do positivismo, característica da Primeira República, consolidou um modelo voltado principalmente às ciências naturais e técnicas, excluindo das instâncias decisórias os grupos populares (Saviani, 2007).

A criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, marca o início das universidades oficiais no país, mas ainda de forma fragmentada e com predominância de ensino profissionalizante (Cunha, 2007a). Na década de 1930, impulsionado pela centralização política e pelo processo de modernização urbana e industrial, o Estado assume papel fundamental na estruturação do sistema universitário. Surgem nesse período instituições como a Universidade de São Paulo (1934), com forte ênfase na pesquisa, e a Universidade do Distrito Federal (1935), idealizada por Anísio Teixeira, cujo projeto inovador foi interrompido com o golpe do Estado Novo. Em 1937, a criação da Universidade do Brasil define um modelo centralizador e padronizado de universidade, que posteriormente influenciaria a constituição das instituições federais.

A partir da década de 1960, em meio ao regime militar, o ensino superior brasileiro passou por profundas transformações com a Reforma Universitária instituída pela Lei nº 5.540/1968. A reforma reorganizou as universidades segundo princípios de racionalização administrativa e modernização acadêmica, introduzindo departamentos, o sistema de créditos e a integração entre ensino e pesquisa. Ao mesmo tempo, favoreceu a expansão do ensino superior privado e reforçou a lógica tecnocrática da formação universitária, orientada pelas demandas do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho. Embora tenha promovido a ampliação do sistema, essa expansão ocorreu sem romper com seu caráter seletivo, mantendo o acesso ao ensino superior concentrado entre os segmentos socialmente privilegiados (Cunha, 2007b).

Na década de 1990, o ensino superior brasileiro passou por um novo ciclo de reformas, conduzido no contexto da reestruturação do Estado. A Constituição Federal de 1988 reafirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio posteriormente regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (Cunha, 2007b). Paralelamente, foram implantados mecanismos de avaliação institucional e dos cursos superiores, como o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e o Exame Nacional de Cursos, conhecido como "Provão". Conforme analisa Cunha (2007b), essas medidas fortaleceram a regulação estatal sobre as instituições de ensino superior, associando a autonomia universitária a critérios de desempenho e qualidade, ao mesmo tempo em que intensificaram processos de reorganização institucional e expansão do setor privado (Cunha, 2007b).

Historicamente, a formação superior esteve profundamente vinculada à trajetória de lideranças políticas nacionais, muitas das quais passaram por universidades públicas federais. Presidentes, ministros, governadores, parlamentares e magistrados se formaram nesses espaços, reforçando o caráter de distinção social que essas instituições carregaram por grande parte da história brasileira. As universidades federais, especialmente aquelas criadas no início do século XX, tornaram-se centros de produção intelectual e de formação de quadros que ocupariam posteriormente posições estratégicas na administração pública e no comando do Estado (Cunha, 2007b).

Presidentes como Getúlio Vargas (Arquivo Nacional, 2025), Juscelino Kubitschek (FGV/CPDOC, 2025) Fernando Henrique Cardoso (Fundação FHC, 2025) e Michel Temer (Presidência da República, 2025), todos formados em instituições de elite, demonstram essa relação entre formação universitária e poder político. Em contrapartida, Luiz Inácio Lula da Silva, que alcançou a presidência sem formação universitária, representa uma excepcionalidade que confirma a regra: a ascensão política no Brasil, historicamente, passou pela universidade e, sobretudo, por instituições destinadas às classes dominantes (Brasil, 2025). Esse padrão se repete entre governadores, parlamentares e ministros contemporâneos, cujas trajetórias estão profundamente vinculadas ao ensino superior formal, demonstrando que o capital educacional segue sendo um marcador estruturante do capital político no Brasil.

Assim, o percurso histórico do ensino superior brasileiro, somado à análise das formações acadêmicas das lideranças políticas, evidencia que as universidades no Brasil funcionaram como mecanismo de legitimação das elites, contribuindo para manter a distância entre classes sociais e para restringir a possibilidade de que trabalhadores e grupos populares acessem, tanto a universidade quanto os espaços de comando político, em igualdade de condições.

Esse percurso evidencia que, historicamente, o ensino superior brasileiro foi concebido como um espaço restrito à elite, estruturado para formar quadros dirigentes e não como um direito universal. Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e das políticas de democratização implementadas no século XXI, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), observou-se significativa ampliação do acesso (Ristoff, 2014).

Todavia, a “democratização” do acesso e do ingresso não eliminou as desigualdades na permanência. Para Ristoff (2014), o novo perfil estudantil é mais heterogêneo, mas marcado por determinações socioeconômicas que as universidades não conseguem suprir de forma integral.

Assim, a universidade pública brasileira permanece atravessada pela tensão entre seu passado elitista e os atuais esforços de democratização. Embora desempenhe papel central na produção científica e na crítica social, ainda enfrenta o desafio de assegurar condições equitativas de permanência, para sujeitos oriundos da classe trabalhadora, que enfrentam dificuldades pertinentes às diversas desigualdades que atravessam suas vivências.

Esse movimento histórico de elitização do ensino superior deixa marcas profundas que ainda estruturam desigualdades atuais. Como destaca Cunha (2007a), a universidade brasileira não foi criada para as massas populares, mas para atender a um grupo restrito que deveria ocupar os lugares de mando na sociedade. A herança desse processo se manifesta mesmo após a Reforma Universitária de 1968, período em que, embora tenha havido mudanças organizacionais, como o sistema departamental e a ampliação da pós-graduação, a universidade permaneceu voltada à formação de quadros tecnocráticos alinhados ao projeto de desenvolvimento econômico do regime militar. A ampliação quantitativa não se traduziu em democratização real, pois as barreiras socioeconômicas continuaram impedindo o ingresso e a permanência das classes trabalhadoras.

Somente nas últimas décadas do século XX e, sobretudo, nos anos 2000, começam a se consolidar políticas de expansão e democratização mais amplas. As transformações econômicas e sociais, a pressão dos movimentos sociais e a crescente exigência de qualificação no mercado de trabalho tensionaram o Estado brasileiro a adotar políticas afirmativas e a transformar o ensino superior público. Os governos Lula e Dilma implementaram políticas estruturantes, como o ProUni, o novo Fies, as cotas raciais e sociais nas universidades federais e o Programa Reuni, que expandiu vagas, criou novos campos, especialmente no interior, e ampliou significativamente a presença de estudantes de baixa renda e negros no ensino superior (Ristoff, 2014).

A articulação entre Netto (2017), Iamamoto (2010) e Saviani (2007) revela que as desigualdades sociais e educacionais não constituem fenômenos isolados, mas expressões das dinâmicas históricas do capitalismo dependente e periférico, que no Brasil se manifestam de forma particularmente aguda. Trabalho, educação e questão social compõem, assim, uma mesma trama contraditória, se o trabalho é a base de toda produção da riqueza social, sua exploração sistemática é a condição de reprodução da ordem burguesa. A educação, por sua vez, opera como mediação central nesse processo, ora reforçando a adaptação da força de trabalho às exigências do capital, como demonstram as análises de Frigotto (2015) sobre a lógica produtivista, ora abrindo espaço para a resistência e a construção crítica, na perspectiva freireana da educação como prática de liberdade. No caso brasileiro, essa contradição adquire contornos próprios: como evidenciam Cunha (2007b) e Chauí (2003), o ensino superior nasceu como espaço de distinção das elites, e sua democratização recente, ainda incompleta, não rompe automaticamente com as desigualdades estruturais de acesso e permanência que atravessam a experiência da classe trabalhadora. Compreender essas determinações históricas e sociais é, portanto, condição indispensável não apenas para explicar a desigualdade, mas para pensar, a partir dela, os caminhos possíveis de sua superação.

1.2 ESTUDANTES TRABALHADORES NAS UNIVERSIDADES: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA JUVENTUDE

Os/as estudantes da classe trabalhadora representam a ampliação do acesso ao ensino superior por segmentos sociais que, historicamente, foram excluídos desse espaço, marcado por um caráter elitizado. Embora as políticas de democratização do acesso tenham possibilitado um ingresso de um número maior de estudantes oriundos das classes populares, a permanência na universidade continua sendo atravessada por desigualdades sociais, econômicas e de gênero. Nesse contexto a inserção no mercado de trabalho constitui uma das estratégias utilizadas por parte desses estudantes para garantir sua permanência no ensino superior, coexistindo com outras formas de trabalho, como trabalho doméstico e de cuidados, desempenhado majoritariamente pelas mulheres e, muitas vezes, invisibilizado e não remunerado. Sua presença é resultado das lutas históricas dos movimentos sociais por educação pública e das contraditórias necessidades do capital por uma força de trabalho mais qualificada. Do ponto de vista dos trabalhadores, o ingresso na universidade é visto como uma dupla possibilidade: de ocupar melhores postos no mercado de trabalho, através do investimento na preparação profissional, e de participar da socialização do conhecimento, um patrimônio historicamente negado às classes populares.

Pretende-se, neste item, discutir as diferentes condições que influenciam o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior, tomando como ponto de partida a realidade das juventudes brasileiras. Inicialmente, aborda-se a juventude como uma categoria social, histórica e heterogênea, evidenciando como as relações de classe, raça/cor, gênero e território produzem experiências desiguais de escolarização e inserção no mundo do trabalho. Em seguida, analisa-se a articulação entre estudo e trabalho como elemento constitutivo das trajetórias dos estudantes trabalhadores, destacando os impactos da dupla jornada, da precarização do trabalho e das responsabilidades familiares sobre a permanência universitária. Também são discutidos os limites das políticas públicas voltadas à juventude e à permanência estudantil, bem como as barreiras institucionais presentes na organização do ensino superior. Por fim, apresentam-se reflexões acerca da expansão e da democratização da educação superior brasileira, considerando seus avanços e limites com base na literatura e em dados recentes, de modo a contextualizar a realidade dos estudantes trabalhadores.

Como analisa Branco (2005), o acesso ao trabalho e à escolaridade constitui dimensões centrais para entender a inserção social dos jovens, revelando tanto

desigualdades históricas quanto os limites das políticas públicas voltadas a esse segmento.

Historicamente, o jovem brasileiro, sobretudo das classes trabalhadoras, vivencia um processo de adultização precoce, no qual a necessidade material impõe a entrada antecipada no mercado de trabalho, muitas vezes antes mesmo da conclusão da educação básica. Para grande parte da juventude periférica, negra e pobre, a escola e o trabalho não se apresentam como esferas separadas, mas como um verdadeiro campo de batalha cotidiano, marcado por jornadas extensas, deslocamentos longos, responsabilidades familiares e exigências escolares crescentes. Branco (2005) observa que essa sobreposição entre estudo e trabalho produz efeitos diretos sobre a permanência e o desempenho escolar: a rotina exaustiva, a precarização dos vínculos e a baixa renda familiar dificultam a continuidade da formação, reforçando ciclos de desigualdade que restringem a construção de projetos de futuro.

Esse quadro revela os limites das concepções tradicionais que entendiam a juventude como fase de preparação para a vida adulta. Como destaca Melo (2019), apoiando-se em Groppo (2000, apud Melo, 2019), a juventude não constitui uma etapa homogênea, mas uma construção social, histórica e cultural atravessada por relações de classe, raça, gênero e território. Nessa perspectiva, é mais adequado falar em juventudes, no plural, uma vez que as experiências juvenis são profundamente desiguais. Resgatando Mannheim (1982, apud Melo, 2019), a autora reforça que “geração” não é apenas um marcador etário, mas uma posição social situada historicamente; assim, ser jovem significa ocupar um lugar estrutural que varia conforme as condições materiais de existência.

Melo (2019) evidencia que, desde a segunda metade do século XX e especialmente a partir das transformações advindas da crise estrutural do capitalismo e da reestruturação produtiva, jovens da classe trabalhadora passam a ser frequentemente representados como “problema social”. Segundo a autora, políticas públicas voltadas à juventude, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, assumem caráter focalizado, fragmentado e orientado para o controle do tempo livre, a prevenção da criminalidade juvenil e a preparação para ocupações precarizadas. Isso se expressa com maior intensidade quando tais políticas se destinam a jovens moradores de periferias e favelas, majoritariamente negros, que se tornam alvo de

intervenções baseadas na lógica da fragilidade e do risco, deslocando para os próprios sujeitos a responsabilidade por sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse processo, ganha força a atualização da teoria do capital humano e da noção de “empregabilidade”, que transfere para o indivíduo a tarefa de superar contradições estruturais do desemprego. Melo (2019), dialogando com Carrano e Spósito (2007, apud Melo, 2019), demonstra que a formação profissional voltada à juventude opera um verdadeiro fetiche da capacitação: atribui-se à qualificação, marcada por cursos rápidos, conteúdos comportamentais e ênfase em atitudes como disciplina, criatividade e “boa postura”, a função de resolver problemas que são inerentes às dinâmicas de exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo. O resultado é a produção de subjetividades adaptadas à precarização, sem enfrentamento das causas estruturais que geram o desemprego juvenil.

Esse cenário reforça os alertas de Branco (2005) acerca da necessidade de políticas públicas capazes de enfrentar o trabalho precoce não como mero fenômeno econômico, mas como questão social que incide sobre escolarização, saúde mental, qualidade de vida e construção de projetos de futuro. Políticas de permanência escolar, flexibilização de horários, ampliação de auxílios estudantis e integração entre formação profissional e educação básica são caminhos essenciais, mas ainda insuficientes diante da magnitude das desigualdades estruturais. A ausência de articulação consistente entre educação, assistência social, políticas de trabalho e políticas de juventude mantém a juventude trabalhadora exposta à precarização e às barreiras para acessar, permanecer e concluir a escolarização.

A pesquisa qualitativa conduzida por Abramo, Venturi e Corrochano (2020) aponta que a condição de estudar e trabalhar, longe de ser circunstancial, constitui uma marca estruturante das trajetórias juvenis brasileiras, especialmente entre jovens das classes populares. Os autores demonstram que a combinação dessas duas esferas se apresenta como uma exigência material e simbólica: material, porque a renda torna-se indispensável para a sobrevivência ou para complementar a renda familiar; simbólica, porque o trabalho é visto como requisito para a construção da autonomia e da “responsabilidade” socialmente atribuída à juventude pobre. Assim, o estudo revela que o estudante-trabalhador enfrenta uma sobrecarga permanente, que afeta tanto sua vida escolar quanto sua saúde física e emocional (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Outra contribuição relevante do estudo é a demonstração de que a simultaneidade entre trabalho e escolarização não se distribui de maneira homogênea ao longo da vida estudantil. Os autores identificam que, quanto mais avançam na trajetória escolar, maior se torna a pressão sobre os jovens, seja pela complexidade das atividades acadêmicas, seja pelos postos de trabalho cada vez mais precarizados aos quais conseguem acessar. A pesquisa mostra que muitos jovens vivenciam a sensação de estagnação: trabalham para se manter estudando e estudam para tentar alcançar um trabalho melhor, mas permanecem presos em ocupações informais, mal remuneradas e pouco reconhecidas socialmente. Esse ciclo reforça a percepção de que a promessa meritocrática de ascensão social por meio da educação não se concretiza na prática (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Além disso, os autores evidenciam que a experiência de estudar e trabalhar reorganiza profundamente a vivência da juventude como fase da vida. Para esses jovens, a juventude não se apresenta como período de experimentações, descobertas ou desenvolvimento de interesses diversos, como postulam modelos clássicos europeus ou norte-americanos, mas como etapa marcada pela urgência da sobrevivência e pelo acúmulo de responsabilidades adultas. A falta de tempo livre, a dificuldade de participar de atividades culturais ou políticas e o desgaste cotidiano tornam-se elementos centrais da experiência juvenil popular no Brasil. Nesse contexto, o estudo reforça que políticas públicas que tratam a juventude apenas como “potencial produtivo” negligenciam suas necessidades reais e reproduzem desigualdades históricas (Abramo; Venturi; Corrochano, 2020).

Para estes estudantes, a universidade é um campo de batalha diário. Como aponta Corrochano (2016), os jovens trabalhadores veem a universidade como uma possibilidade de conquistar reconhecimento social e aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, sua trajetória é frequentemente marcada por exaustão física e emocional, dificuldades de concentração, falta de tempo para estudo e barreiras institucionais que dificultam sua permanência. A dupla jornada de trabalho e estudo é uma realidade desgastante, onde o tempo para o lazer, o descanso e a própria socialização acadêmica são drasticamente reduzidos.

A própria estrutura universitária, contudo, muitas vezes atua como um obstáculo à consolidação dessa trajetória. A organização curricular e administrativa das universidades, herdeira de seu passado elitista, raramente leva em

consideração a realidade do estudante que trabalha. Um dos exemplos mais gritantes é a dificuldade de conciliar a carga horária de estágios obrigatórios com uma jornada de trabalho remunerado. Muitos cursos oferecem disciplinas e estágios apenas em horários comerciais, inviabilizando a participação de alunos que têm compromissos laborais fixos. A escassez de vagas de estágio no turno da noite é uma barreira concreta que pode impedir a conclusão do curso, perpetuando uma lógica excludente.

Além disso, a valorização de atividades extracurriculares, como grupos de pesquisa, projetos de extensão e monitoria, muitas vezes realizadas em horários incompatíveis com uma jornada de trabalho, cria um cenário de desvantagem para o estudante-trabalhador. Essas atividades são fundamentais para uma formação integral e, frequentemente, contam pontos em processos seletivos para pós-graduação e concursos, aprofundando a desigualdade de oportunidades.

Na análise de Furlani (1998), o ensino superior noturno emerge como uma alternativa historicamente construída para atender estudantes que precisam conciliar trabalho e formação acadêmica. Longe de representar uma simples ampliação do acesso, essa modalidade evidencia as desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro, uma vez que os alunos do noturno, entre os quais há trabalhadores, enfrentam jornadas extensas, cansaço físico e limitações materiais que impactam diretamente suas trajetórias acadêmicas. A autora demonstra que o ingresso no período noturno não decorre de uma escolha pedagógica ou vocacional, mas de uma imposição das condições sociais e econômicas, que restringem as possibilidades de permanência no ensino diurno.

A escolha dos universitários do noturno não foi casual. Ao longo de minha atividade profissional, tenho assistido ao crescimento da matrícula de alunos no período noturno, em detrimento do diurno, devido ao empobrecimento da população e à degradação salarial da imensa maioria dos trabalhadores. Inúmeras famílias foram obrigadas a aumentar o número de seus integrantes no mercado de trabalho, como meio de ampliar a renda familiar e de assegurar a manutenção de certo nível de consumo doméstico (Furlani, 1998, p.158).

Furlani (1998) também destaca que a universidade, organizada a partir de um modelo pensado para estudantes em tempo integral, tende a desconsiderar as especificidades dos alunos trabalhadores. Essa incompatibilidade se expressa na rigidez curricular, na escassez de políticas institucionais de apoio e na naturalização do esforço individual como única estratégia de permanência. Assim, o ensino

superior noturno, embora represente uma via de acesso, acaba reproduzindo mecanismos de exclusão simbólica e material, ao exigir dos estudantes uma adaptação constante a estruturas que não reconhecem plenamente suas condições de vida e trabalho.

Branco (2005) argumenta que a juventude brasileira vivencia processos de transição marcados por desigualdades estruturais que restringem suas possibilidades de escolha, especialmente no campo educacional. Assim, a crescente procura pela rede privada aparece como expressão concreta dessas desigualdades analisadas pelos autores: uma decisão que não deriva de preferência, mas da necessidade de compatibilizar estudo, trabalho e sobrevivência em um contexto social adverso.

Diante desse conjunto de determinações históricas, sociais e educacionais, torna-se necessário deslocar a análise do plano mais amplo para a particularidade concreta em que tais processos se materializam. Busca-se, assim, compreender de que forma as dinâmicas estruturais do capitalismo contemporâneo, as políticas sociais e educacionais e a organização do ensino superior incidem sobre as trajetórias de estudantes trabalhadores, tomando como recorte específico os jovens do curso de Serviço Social de uma universidade federal brasileira, situada no estado de Minas Gerais, na cidade de Juiz de Fora, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Ao focalizar esse contexto institucional e formativo, a pesquisa reconhece a juventude como sujeito social ativo, cujas experiências são atravessadas por contradições, resistências e estratégias de permanência, evidenciando que os processos educacionais não se desenvolvem de forma linear, mas são marcados por disputas, continuidades e rupturas que expressam tanto os limites quanto as potencialidades da educação superior pública. Cabe destacar, ainda, que essa juventude vivencia tais processos de forma desigual, a depender de sua origem social, racial e econômica, o que repercute diretamente nas condições de acesso, permanência e conclusão da trajetória acadêmica, revelando que a democratização do ensino superior, embora real, ainda convive com mecanismos que reproduzem as desigualdades historicamente constituídas.

Segundo Ristoff (2014), a educação superior brasileira viveu um intenso processo de expansão entre 1991 e 2012, evidenciado pelo aumento de aproximadamente 171% no número de instituições de ensino (de 893 para 2.416) e

de cerca de 350% nas matrículas (de 1,5 milhão para 7 milhões de estudantes). Apesar desses números expressivos, o autor demonstra, a partir da classificação de Martin Trow (1973, apud Ristoff, 2014), que o Brasil ainda mantém um sistema de acesso predominantemente elitizado. Segundo o autor, embora os dados de crescimento das instituições e das matrículas possam, à primeira vista, sugerir que o Brasil tenha alcançado um sistema de educação superior de massa, uma análise mais aprofundada revela uma realidade distinta. Com base nos critérios estabelecidos por Trow, o país ainda se caracteriza predominantemente por um sistema de acesso elitizado, uma vez que a proporção de jovens matriculados no ensino superior permanece abaixo dos patamares necessários para a consolidação de um sistema de massa. Dessa forma, o expressivo crescimento verificado nas últimas décadas não foi suficiente para universalizar o acesso ao ensino superior, mantendo importantes barreiras para parcela significativa da população brasileira.

Trow, em seus estudos, considera de elite o sistema de educação superior com acesso para até 15% dos jovens de idade apropriada. Sua classificação considera de massas o sistema que permite acesso para entre 16% e 50% dos jovens de idade apropriada, considerando o sistema de massas consolidado ao atingir 30%; a partir de 50%, Trow considera o sistema de acesso como universal. Os 7 milhões de estudantes da graduação brasileira, embora superior à população de muitos países, representam 15,1% de taxa de escolarização líquida e 28,7% de taxa bruta. O Brasil, portanto, começa apenas a querer sair de um sistema de acesso de elite e ainda assim fortemente auxiliado pela redução da população de 18 a 24 anos no país. Para consolidar um sistema de massas o Brasil precisa pelo menos atingir a meta de 33% recentemente aprovada, no novo Plano Nacional de Educação (PNE), para o ano 2024. (1973, apud Ristoff, 214, p.726)

Ristoff (2014) também destaca que essa expansão não decorreu apenas do ingresso de jovens recém-egressos do ensino médio, mas também da incorporação de estudantes não tradicionais: cerca de metade dos matriculados tinha mais de 24 anos, e aproximadamente 600 mil possuíam mais de 40 anos. No que se refere à composição racial, o autor evidencia que o campus universitário brasileiro era significativamente mais branco que a sociedade em geral, sobretudo em cursos de alta concorrência, como Medicina, Medicina Veterinária, Psicologia, Odontologia e Direito, enquanto cursos de menor concorrência, como História, apresentavam distribuição racial mais próxima da realidade nacional. Quanto à origem escolar, embora a maioria dos estudantes universitários tivesse cursado o ensino médio em escolas públicas, essa participação ainda era proporcionalmente inferior à

representatividade da rede pública na educação básica, sendo essa disparidade mais acentuada nos cursos mais concorridos. De modo semelhante, a escolaridade dos pais mostrou-se fortemente associada ao acesso ao ensino superior, especialmente em cursos considerados de prestígio, como por exemplo, medicina, direito, embora Ristoff (2014) aponte uma tendência de redução dessa influência ao longo dos ciclos do Enade, sinalizando um processo gradual de democratização.

Por fim, o autor ressalta o papel da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) na ampliação do acesso de estudantes de escola pública, negros, pardos, indígenas e de baixa renda às instituições federais, embora essa representatividade ainda seja insuficiente nos cursos de maior concorrência. Ristoff (2014) conclui que, apesar dos avanços na democratização do acesso à educação superior brasileira, persistem desafios importantes relacionados à permanência e à inclusão de grupos historicamente excluídos, sobretudo nas áreas de maior prestígio social.

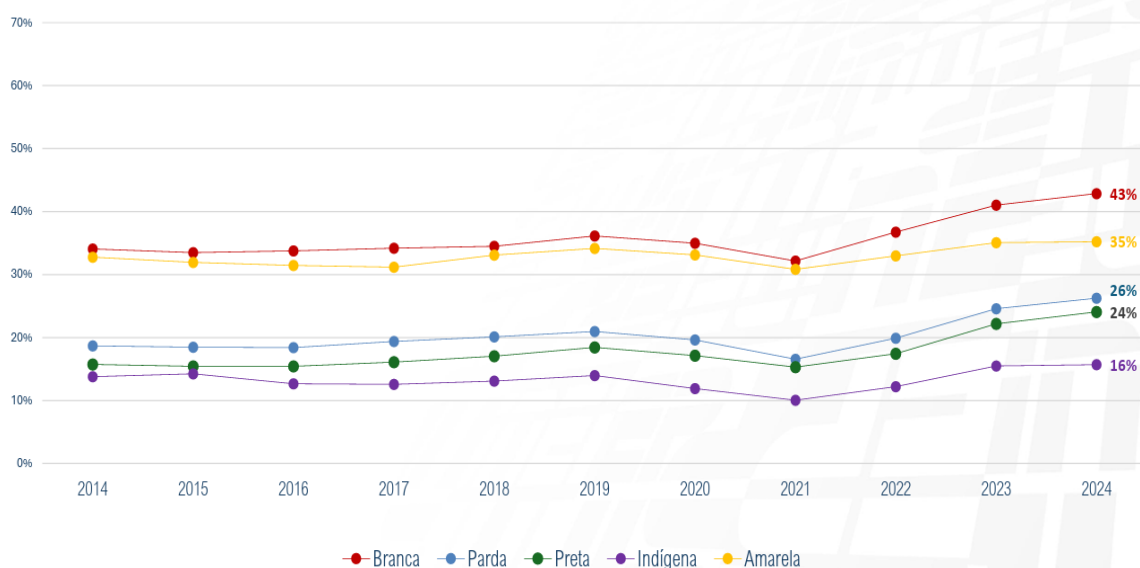
Recentemente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou os resultados do Censo da Educação Superior 2024 (INEP, 2025), trazendo informações atualizadas sobre o panorama educacional brasileiro. Os dados apresentados evidenciam que, apesar da ampliação do acesso à educação no Brasil, persistem desigualdades significativas relacionadas à renda, raça/cor, sexo, região e local de residência. A média nacional de escolaridade da população de 18 a 29 anos é de 11,9 anos, porém observa-se que jovens pertencentes aos 25% mais ricos possuem, em média, 13,5 anos de estudo, enquanto entre os 25% mais pobres essa média é de 10,6 anos. Também permanecem diferenças entre pessoas brancas e pretas ou pardas, entre homens e mulheres, entre regiões do país e entre moradores de áreas urbanas e rurais, demonstrando que fatores socioeconômicos e territoriais continuam condicionando as oportunidades educacionais.

Sob a perspectiva racial, os dados mostram que estudantes autodeclarados brancos apresentam maiores taxas de conclusão do ensino médio no ano que ingressam na educação superior, enquanto estudantes pretos, pardos e, principalmente, indígenas registram percentuais inferiores. Em 2024, os maiores percentuais de ingresso foram registrados entre estudantes autodeclarados brancos (43%) e amarelos (35%), valores superiores à média observada para os demais grupos raciais. Em contrapartida, os estudantes pretos (24%), pardos (26%) e indígenas (16%) apresentaram percentuais significativamente inferiores,

demonstrando que as desigualdades de acesso ao ensino superior persistem mesmo após a ampliação das políticas de inclusão educacional. Esses resultados reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à inclusão, à permanência estudantil e à redução das desigualdades sociais (INEP,2025).

No que se refere ao gênero, observa-se que as mulheres apresentam indicadores educacionais superiores aos dos homens. A média de anos de estudo entre as mulheres é de 12,2 anos, enquanto entre os homens é de 11,6 anos. Esse resultado confirma uma tendência observada nos últimos anos, caracterizada pela maior permanência feminina no sistema educacional e pela crescente participação das mulheres no ensino superior. Os dados apresentados demonstram que o percentual de concluintes do ensino médio que ingressam na educação superior apresentou crescimento entre 2014 e 2024. Observa-se que os estudantes provenientes da rede federal registram os maiores índices de ingresso, alcançando 64% em 2024, seguidos pelos estudantes da rede privada, com 60%. Em contraste, os concluintes das redes estaduais apresentam os menores percentuais de acesso, atingindo apenas 27% no mesmo ano. Considerando a média nacional, verifica-se que aproximadamente um terço dos concluintes do ensino médio ingressou na educação superior em 2024, percentual que alcançou 33%.

Figura 1 - Percentual de concluintes do ensino médio no ano que ingressam na educação superior



Fonte: INEP (2025).

A análise da localização geográfica evidencia desigualdades ainda mais expressivas. Em 2024, 34% dos concluintes residentes em áreas urbanas ingressaram na educação superior, enquanto nas áreas rurais esse percentual foi de apenas 22%. Embora ambos os grupos tenham apresentado crescimento nos últimos anos, a diferença de 12 pontos percentuais demonstra a persistência de barreiras relacionadas à oferta educacional, às condições socioeconômicas e à distribuição territorial das instituições de ensino superior.

Em síntese, a literatura e os dados mais recentes do INEP evidenciam que a expansão da educação superior brasileira proporcionou importantes avanços no processo de democratização do acesso, especialmente por meio das políticas de ação afirmativa e da ampliação das oportunidades de ingresso para grupos historicamente excluídos. Entretanto, os indicadores também demonstram que o acesso e a permanência no ensino superior continuam fortemente condicionados por fatores como renda, raça/cor, origem escolar, escolaridade dos pais, território e inserção no mercado de trabalho. Desse modo, embora o perfil do estudante universitário brasileiro tenha se tornado mais diverso nas últimas décadas, persistem desigualdades estruturais que limitam a efetivação do direito à educação superior em condições de equidade. Compreender essas transformações e seus limites é fundamental para a análise do perfil dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, tema que será aprofundado na seção seguinte, buscando identificar como essas desigualdades se expressam na realidade institucional investigada.

As discussões desenvolvidas neste capítulo evidenciaram que o acesso ao ensino superior e, sobretudo, a permanência dos estudantes trabalhadores não podem ser compreendidos de forma isolada das determinações históricas, sociais e econômicas que caracterizam a sociedade capitalista. Embora as políticas de expansão e democratização da educação superior tenham ampliado as oportunidades de ingresso de segmentos historicamente excluídos, persistem desigualdades estruturais relacionadas à classe social, à raça/cor, ao gênero e às condições de trabalho, que continuam condicionando as trajetórias acadêmicas desses estudantes.

Ao longo do capítulo, buscou-se demonstrar que a experiência da juventude é marcada por diferentes formas de inserção social, sendo a articulação entre estudo e trabalho uma realidade para grande parcela dos jovens brasileiros. Nesse

contexto, a necessidade de conciliar a formação acadêmica com o trabalho remunerado e, em muitos casos, com as responsabilidades de cuidado e reprodução da vida, impõe desafios que ultrapassam o esforço individual e expressam as contradições da questão social. Evidenciou-se, ainda, que as instituições de ensino superior e as políticas de permanência desempenham papel fundamental na redução dessas desigualdades, embora ainda apresentem limites para responder às demandas concretas dos estudantes trabalhadores.

Compreender essas determinações constitui um passo essencial para analisar a realidade dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Assim, no capítulo seguinte, serão apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa e a análise dos dados documentais, buscando identificar como as desigualdades discutidas ao longo deste capítulo se expressam no perfil socioeconômico, nas condições de trabalho e nas estratégias de permanência dos estudantes investigados.

2 AS CONDIÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

Este capítulo apresenta o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa, a caracterização do campo empírico e a análise das condições de vida dos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Inicialmente, são descritos os procedimentos metodológicos que orientaram a investigação, contemplando a abordagem da pesquisa, as fontes documentais utilizadas, os critérios de seleção dos dados e a organização da análise em eixos temáticos.

Em seguida, realiza-se a contextualização da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Faculdade de Serviço Social, destacando aspectos de sua trajetória histórica, organização institucional e do perfil dos estudantes trabalhadores, bem como os principais desafios relacionados ao acesso, à permanência e à formação no ensino superior.

Por fim, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa documental, organizados em quatro eixos analíticos. O primeiro examina o perfil socioeconômico das e dos estudantes do curso de Serviço Social; o segundo analisa as condições de trabalho e de vida, evidenciando os desafios decorrentes da conciliação entre estudo e trabalho; o terceiro aborda as condições de permanência no ensino superior, considerando aspectos relacionados à moradia, ao transporte e às políticas de assistência estudantil; e o quarto discute as experiências das estudantes mulheres, enfatizando as implicações da divisão sexual do trabalho e das responsabilidades familiares sobre suas trajetórias acadêmicas. A organização desses eixos busca compreender, de forma articulada, como as desigualdades de classe, raça e gênero atravessam a formação universitária e influenciam as condições de permanência dos estudantes trabalhadores na universidade pública.

2.1 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, compreendidas como perspectivas complementares no campo das Ciências Sociais. Conforme Minayo (2002), a pesquisa qualitativa possibilita apreender significados, valores, percepções, motivações e experiências vividas pelos sujeitos, permitindo uma

compreensão aprofundada da realidade social a partir do ponto de vista dos participantes. Essa abordagem é especialmente relevante quando o objetivo é compreender fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os aspectos subjetivos que atravessam as práticas e relações sociais. A abordagem quantitativa, por sua vez, contribui para a sistematização dos dados por meio de informações mensuráveis, possibilitando a identificação de tendências, regularidades e padrões que auxiliam na análise do fenômeno investigado. Minayo (2002) destaca que os dados quantitativos não se contrapõem à análise qualitativa, mas a complementam, fortalecendo a interpretação dos resultados e ampliando a compreensão da realidade social.

Nesse sentido, a articulação entre métodos qualitativos e quantitativos permite uma análise mais abrangente do objeto de estudo, ao integrar a objetividade dos dados numéricos com a profundidade das narrativas dos sujeitos. Minayo (2002) enfatiza que essa combinação metodológica amplia as possibilidades analíticas da pesquisa social, evitando leituras fragmentadas e favorecendo uma compreensão crítica da realidade investigada.

Inicialmente, previa-se a realização de pesquisa de campo junto aos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF, por meio de entrevistas semiestruturadas, com posterior análise dos dados coletados. Contudo, em razão do prazo para conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso e do tempo necessário para a tramitação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), optou-se pela reformulação do percurso metodológico, direcionando a investigação para a análise de dados secundários já disponíveis e produzidos por pesquisas institucionais e acadêmicas.

Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi posteriormente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer nº 8.538.470, emitido em 25 de junho de 2026. Entretanto, considerando o cronograma estabelecido para a conclusão deste trabalho, não havia tempo hábil para a realização da etapa de pesquisa de campo após a aprovação ética, razão pela qual foi mantida a opção metodológica pela análise a partir de dados secundários.

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, tendo como objetivo geral compreender as dificuldades de acesso e permanência dos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Para atingir esse objetivo, busca-se identificar as características

socioeconômicas desses estudantes, analisar as condições que influenciam sua trajetória acadêmica e examinar a relação entre as políticas de assistência estudantil e a permanência universitária.

Considerando os objetivos propostos, foram definidos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica e a análise documental. A revisão bibliográfica fundamenta-se na produção acadêmica relacionada ao objeto de estudo, contemplando os principais debates sobre as desigualdades sociais compreendidas enquanto expressão da questão social, a relação entre trabalho e educação, o acesso e a permanência no ensino superior e as políticas públicas educacionais, fornecendo os referenciais teóricos necessários à compreensão da realidade investigada.

A revisão bibliográfica constituiu um dos procedimentos metodológicos desta pesquisa, subsidiando a construção do referencial teórico e a compreensão do objeto investigado. Para sua realização, foram selecionadas obras clássicas e produções acadêmicas de autores reconhecidos nos debates relacionados ao tema, bem como autores cujas contribuições se mostraram relevantes para a discussão proposta. A seleção das referências considerou sua pertinência para a análise das desigualdades sociais com expressão da questão social, da relação entre trabalho e educação, do acesso e da permanência no ensino superior e das políticas públicas educacionais, possibilitando a articulação de diferentes análises na interpretação da realidade estudada.

Nesta etapa, foram consultados livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos institucionais selecionados em função de sua relevância para o objeto de estudo. O referencial teórico foi composto por produções de diferentes áreas do conhecimento, como Serviço Social, Educação, Sociologia e áreas afins, reunindo autores clássicos e contemporâneos cujas contribuições possibilitaram compreender as desigualdades sociais, a relação entre trabalho e educação, o acesso e a permanência no ensino superior e as condições de vida dos estudantes trabalhadores.

A revisão bibliográfica perpassa todo o desenvolvimento da pesquisa, sendo retomada ao longo das diferentes etapas, na medida em que novas aproximações com o objeto são realizadas, possibilitando o aprofundamento teórico necessário à análise dos documentos institucionais e dos dados empíricos produzidos por meio das entrevistas.

A análise documental foi realizada a partir de dados secundários produzidos por pesquisas institucionais e documentos oficiais. Foram utilizadas como principais fontes as pesquisas solicitadas à Coordenação do Curso de Serviço Social da UFJF através de e-mail. As pesquisas disponibilizadas pela Coordenação se intitulam "Aspectos Sociopolíticos, Econômicos e Culturais do Perfil Discente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora", realizada nos anos de 2018 e 2023; "Diagnóstico Circunstancial das Condições do Corpo Discente da Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da pandemia COVID-29, realizada em 2020", e a pesquisa desenvolvida por Ferreira (2018), referente ao perfil dos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF em 2015; dados disponibilizados no site da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), além de informações institucionais sobre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Faculdade de Serviço Social da UFJF, bem como notícias e levantamentos produzidos pela instituição acerca do perfil socioeconômico dos estudantes, da participação em atividades acadêmicas e da inserção no mercado de trabalho. Também foram utilizados dados estatísticos nacionais produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (INEP, 2025), especialmente aqueles disponibilizados por meio do Censo da Educação Superior e de publicações relacionadas ao acesso, permanência e perfil dos estudantes do ensino superior brasileiro.

A análise concentrou-se em indicadores referentes ao perfil socioeconômico dos estudantes, inserção no mercado de trabalho, renda, formas de acesso e permanência na universidade, utilização das políticas de assistência estudantil e dados relacionados à trajetória acadêmica. A partir desses elementos buscou-se identificar as condições objetivas que atravessam a experiência universitária dos estudantes trabalhadores e os desafios relacionados à permanência no ensino superior.

Os dados foram organizados e analisados de forma descritiva e comparativa, permitindo observar permanências e mudanças no perfil discente entre os anos de 2015, 2018, 2020 e 2023. A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico adotado, buscando relacionar as informações empíricas às transformações ocorridas no ensino superior brasileiro e às condições sociais da classe trabalhadora.

2.2 O ESTUDANTE TRABALHADOR NA UFJF: DESAFIOS E ATRAVESSAMENTOS

Este item tem por objetivo contextualizar o campo empírico da pesquisa e analisar os principais desafios vivenciados pelos estudantes trabalhadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com ênfase no curso de Serviço Social. Para isso, apresenta-se inicialmente a caracterização da UFJF e da Faculdade de Serviço Social, destacando sua trajetória histórica, estrutura acadêmica e compromisso com a formação pública, gratuita e socialmente referenciada. Em seguida, são analisados dados institucionais e estudos sobre o perfil socioeconômico dos estudantes, evidenciando as desigualdades que atravessam suas trajetórias acadêmicas e as dificuldades relacionadas à conciliação entre estudo, trabalho e demais responsabilidades. Por fim, discute-se a relação entre as condições de permanência estudantil, as transformações curriculares do curso, especialmente a curricularização da extensão, e o papel das políticas de assistência estudantil e do Serviço Social na garantia do direito à educação superior. Busca-se, assim, compreender como as determinações sociais, econômicas e institucionais incidem sobre a permanência e a formação dos estudantes trabalhadores na universidade pública.

Conforme a carta de apresentação da UFJF (UFJF, 2025a), disponível em seu site, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é uma instituição pública e gratuita de referência científica, econômica e cultural, atendendo uma região com mais de três milhões de habitantes. Fundada em 23 de dezembro de 1960, destaca-se nacionalmente e internacionalmente, figurando entre as cem instituições de ensino superior mais bem avaliadas da América Latina e entre as mil de maior destaque no cenário universitário internacional.

Segundo a carta de apresentação, a UFJF oferece ampla estrutura acadêmica, com dezenas de cursos de graduação e pós-graduação, além de atuar na educação básica por meio do Colégio de Aplicação João XXIII e na área da saúde com o Hospital Universitário. Presente nos campi de Juiz de Fora e Governador Valadares, forma cerca de 26 mil estudantes, contando com corpo docente e técnico qualificado, infraestrutura de bibliotecas, laboratórios e políticas de assistência estudantil. Além do ensino, a universidade desempenha papel relevante na pesquisa, na extensão e na gestão de espaços culturais e científicos da cidade,

comprometendo-se com a formação crítica, ética e socialmente responsável, voltada para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse mesmo contexto, conforme a carta de apresentação do curso de Serviço Social (UFJF, 2025b) disponível em seu site institucional, a Faculdade de Serviço Social da UFJF, foi fundada em 16 de maio de 1958, destaca-se na formação de assistentes sociais em Minas Gerais, tendo sido, até 2007, a única instituição pública da área no estado e permanecendo como a única a oferecer mestrado e doutorado. Possui infraestrutura adequada, corpo docente integralmente composto por professores doutores e cursos de graduação nos turnos diurno e noturno, com cerca de 300 estudantes e reconhecimento em avaliações nacionais, como o ENADE. A Faculdade oferece ainda pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para programas de residência, especializações e linhas de pesquisa voltadas à questão social, território, políticas sociais e fundamentos do Serviço Social, além de quatro grupos de pesquisa consolidados. No campo da extensão, atua de forma articulada com a sociedade por meio da Casa Helenira Rezende, Helenira Preta, desenvolvendo projetos relevantes, entre eles os voltados à área do envelhecimento, referência nacional.

Conforme histórico constante no site da instituição (UFJF, 2025c), a criação da Faculdade de Serviço Social em Juiz de Fora está diretamente relacionada ao papel estratégico do município como polo industrial, social e educacional da Zona da Mata Mineira e às transformações ocorridas a partir da década de 1950, que intensificaram as demandas sociais da população trabalhadora. Diante desse contexto, atores ligados à Igreja Católica impulsionaram a fundação da instituição, aprovada pelo Decreto nº 43.566, de 21 de abril de 1958. Sob a liderança do Pe. Jaime Cornelius Jacob Snoeck e com o apoio das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, a aula inaugural do curso ocorreu em 16 de maio de 1958. A profissão foi consolidada na região em 1961, com a formatura da primeira turma de assistentes sociais. Inicialmente privada e sem fins lucrativos, a Faculdade funcionou sob a direção das Irmãs Missionárias até 1968, foi reconhecida oficialmente em 1963 e, posteriormente, agregada à UFJF em 1969, sendo incorporada definitivamente em 1974 pela Lei nº 6.139.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), campo empírico deste estudo, essa contradição, entre as exigências crescentes de uma formação universitária integral e as condições materiais que impõem a muitos jovens a

necessidade de trabalhar para garantir sua própria sobrevivência, torna-se particularmente evidente. As desigualdades sociais atravessam de forma concreta as trajetórias acadêmicas, de modo que um número expressivo de estudantes-trabalhadores enfrenta obstáculos cotidianos para articular horários de aula, estágios obrigatórios, práticas curriculares, atividades de pesquisa e extensão com jornadas extensas e, muitas vezes, precarizadas de trabalho.

Dados da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação da UFJF (UFJF, 2019c) revelam que 20,6% dos estudantes estavam trabalhando, enquanto 36,7% buscavam emprego, e apenas 42,7% não estavam inseridos nem no mercado nem na procura. Entre aqueles que trabalhavam, 5,5% cumpriam jornadas superiores a 40 horas semanais. Esses dados evidenciam que parte dos estudantes precisa conciliar extensas jornadas de trabalho com as exigências da formação universitária, o que reduz significativamente o tempo disponível para os estudos, o descanso, a participação em atividades acadêmicas e a vivência da universidade em sua plenitude. Essa realidade pode demonstrar que a permanência no ensino superior, embora assegurada formalmente, ocorre em condições profundamente desiguais, uma vez que as possibilidades de dedicação às atividades acadêmicas são fortemente condicionadas pelas condições materiais de existência dos estudantes.

Complementarmente, relatório institucional (UFJF, 2019b) aponta que quase 70% dos estudantes da UFJF possuem renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo. Esse dado revela a forte presença de camadas populares na universidade, reforçando a análise de Netto (2017) de que o ensino superior vive tensões entre expansão democratizadora e reprodução das desigualdades estruturais do capitalismo dependente brasileiro. Para grande parte desses jovens, o ingresso na universidade não é acompanhado do “direito a estudar” em sentido pleno: a pressão econômica por contribuir com a renda familiar, pagar aluguel ou custear transporte e alimentação obriga muitos a conciliar múltiplos tempos sociais, o tempo da faculdade, o tempo do trabalho e, frequentemente, o tempo do cuidado doméstico.

Além disso, uma terceira reportagem divulgada pela UFJF (UFJF, 2019a) informa que mais de 9 mil estudantes estão envolvidos em atividades acadêmicas para além das aulas presenciais, como projetos de ensino, pesquisa, extensão e monitorias. Embora tais atividades não constituam “trabalho” no sentido formal, elas exigem tempo, disciplina e organização, integrando-se ao cotidiano já

sobrecarregado de muitos estudantes que trabalham ou buscam emprego. A soma dessas responsabilidades, trabalho remunerado, atividades acadêmicas extracurriculares e as demandas regulares do curso, intensifica os desafios de permanência e pode aprofundar desigualdades internas entre estudantes que precisam trabalhar e aqueles que têm dedicação exclusiva ao curso. Nesse sentido, os dados revelam que a UFJF abriga um contingente expressivo de estudantes multitarefa, cujas trajetórias formativas são fortemente marcadas pela conciliação entre estudo, trabalho e outras atividades (UFJF, 2019a).

O debate acerca do perfil do estudante do curso de Serviço Social de Juiz de Fora, conforme discutido por Ferreira (2018), revela transformações significativas decorrentes da expansão recente do ensino superior e das condições estruturais que marcam a vida da classe trabalhadora. A autora demonstra que a ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente por meio de políticas de democratização e interiorização das universidades federais, possibilitou a entrada de estudantes com trajetórias educacionais mais precárias, limitadas pelos efeitos da desigualdade social. Segundo Ferreira (2018), esses alunos chegam ao curso com lacunas derivadas de um sistema educacional marcado pela fragilidade da educação básica, do acesso restrito ao capital cultural e da socialização profundamente vinculada às condições materiais da vida cotidiana. Tais características repercutem diretamente no processo formativo, produzindo desafios como dificuldades de leitura e escrita, compreensão teórico-crítica da profissão, articulação entre teoria e prática e apropriação dos fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social.

Ferreira (2018) analisa os dados de uma pesquisa realizada com estudantes da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), evidenciando que o perfil local acompanha a tendência nacional. A maioria dos discentes reside com familiares e depende de transporte público, enquanto uma parcela significativa realiza deslocamentos diários de municípios vizinhos. A pesquisa registra ainda a presença de estudantes com deficiência, indicando demandas específicas por acessibilidade. Os supervisores de campo, entrevistados pela autora, apontam dificuldades recorrentes entre os estudantes, tais como fragilidades na produção textual, baixa autonomia na busca de conhecimentos, dificuldades éticas e postura profissional pouco amadurecida. Para Ferreira (2018), tais elementos evidenciam que o novo perfil discente é atravessado pela condição de classe, por relações desiguais de acesso a bens culturais e pela necessidade

frequente de conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares, o que impacta diretamente o percurso formativo.

Assim, a análise de Ferreira (2018) demonstra que o perfil do estudante de Serviço Social, tanto no cenário nacional quanto na UFJF, reflete as determinações estruturais do capitalismo contemporâneo, exigindo da formação profissional respostas que considerem as desigualdades objetivas que moldam a trajetória acadêmica desses sujeitos. A autora enfatiza que assegurar uma formação de qualidade requer não apenas adequações pedagógicas, mas também políticas institucionais que garantam condições reais de permanência, contribuindo para que o projeto formativo crítico da profissão possa ser efetivado.

Conforme o Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social (UFJF, 2023), a extensão universitária é um componente obrigatório da graduação e tem colocado novos desafios à formação em Serviço Social, especialmente a partir da exigência legal de que 10% da carga horária dos cursos seja destinada a atividades extensionistas. Esse processo, conhecido como curricularização da extensão, reforça a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando uma formação comprometida com a qualidade social e com os princípios do projeto ético-político profissional. Nesse contexto, a Faculdade de Serviço Social da UFJF, fundamentada na Resolução nº 75/2022 do CONGRAD, reorganizou seu currículo e criou a Comissão de Acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão (CAEX), responsável por avaliar, acompanhar e supervisionar as ações extensionistas. O curso passou a ter 3.000 horas totais, das quais 300 horas são destinadas à extensão, distribuídas entre disciplinas de caráter extensionista e outras modalidades reconhecidas institucionalmente. A principal estratégia adotada é a inserção de disciplinas extensionistas no currículo, articuladas a projetos de extensão e submetidas a trâmites específicos de aprovação. As horas restantes poderão ser cumpridas em diferentes modalidades de extensão, sob acompanhamento da CAEX, garantindo a efetiva incorporação da extensão ao processo formativo em Serviço Social.

Nesse contexto, embora a curricularização da extensão represente um avanço na formação acadêmica ao fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sua implementação ocorre em uma realidade social marcada pelas desigualdades estruturais próprias do modo de produção capitalista. Para os estudantes trabalhadores, especialmente aqueles que dependem da venda de sua

força de trabalho para garantir a própria subsistência, a participação em atividades extensionistas pode representar um desafio adicional, sobretudo quando estas são ofertadas em horários incompatíveis com suas jornadas laborais. Dessa forma, a dificuldade de inserção nesses espaços não decorre da proposta extensionista ou da organização do curso de Serviço Social em si, mas das condições objetivas impostas pela relação entre trabalho e educação na sociedade capitalista, na qual muitos estudantes precisam conciliar longas jornadas de trabalho com as exigências acadêmicas.

No caso específico do curso de Serviço Social, a pesquisa de Ana Maria Ferreira (2018) evidencia que o perfil discente local acompanha a tendência nacional de ampliação do acesso das camadas populares ao ensino superior. A autora aponta que uma boa parte dos estudantes provém de famílias de baixa renda, depende do transporte público e reside com familiares, elementos que expressam condições socioeconômicas restritivas. Os dados relativos à participação em atividades extraclasse e à utilização de bolsas indicam limites objetivos à vivência universitária, seja pela insuficiência de políticas de permanência, seja pelas dificuldades materiais que atravessam a trajetória acadêmica. Tais condições, associadas às desigualdades educacionais acumuladas ao longo da formação básica, incidem sobre o processo formativo e tensionam a qualidade da formação profissional, ainda que a inserção no trabalho não seja apresentada pela autora como uma condição majoritária entre os discentes.

Ferreira (2018) também aponta que, apesar da expansão das políticas de acesso, a instituição não se reorganizou para acolher esse novo perfil discente, mantendo práticas e ritmos acadêmicos baseados na ideia de um estudante com dedicação integral, condição distante da realidade dos alunos que compõem a base social do curso. Além disso, a autora mostra que a participação dos estudantes em atividades extracurriculares, é dificultada por limitações financeiras, jornadas extensas e dificuldades de deslocamento, o que revela um conjunto de barreiras estruturais que atravessam sua trajetória acadêmica. Dessa forma, os dados apresentados por Ferreira (2018) demonstram que a ampliação do acesso ao ensino superior não foi acompanhada, na mesma proporção, por mudanças institucionais capazes de garantir condições efetivas de permanência e participação acadêmica. Assim, a autora conclui que a universidade pública, nesse contexto, passa a ser tensionada entre dois projetos: o projeto formativo crítico, sustentado pelas

Diretrizes da ABEPSS e pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, e o projeto hegemônico do capital, que busca adequar a formação às exigências do mercado.

Nesse cenário, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) torna-se fundamental. Suas ações voltadas a alimentação, moradia, transporte, saúde, inclusão digital e apoio pedagógico são centrais para garantir que estudantes em condições de desigualdade socioeconômica permaneçam no ensino superior.

Nesse contexto, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (CFESS, 2011) destaca a educação como direito social e afirma a necessidade de uma universidade pública, democrática e comprometida com a emancipação humana. O assistente social, nesse cenário, assume papel estratégico não apenas na concessão de benefícios, mas na mediação de direitos, na elaboração de estudos socioeconômicos e na formulação de políticas de permanência estudantil. Sua atuação é crucial para desnaturalizar as barreiras institucionais e lutar por uma universidade que não apenas permita o acesso, mas que se transforme para receber e formar dignamente a classe trabalhadora.

Dessa forma, compreender a história do ensino superior no Brasil e articulá-la às políticas públicas e às experiências dos estudantes-trabalhadores evidencia que a democratização é um processo ainda em disputa. A ocupação da universidade pela classe trabalhadora é uma conquista histórica, mas que esbarra em uma estrutura pensada para outra realidade. A luta agora não é apenas por uma vaga, mas por uma reformulação profunda dos tempos, espaços e lógicas acadêmicas. Embora os avanços das últimas décadas tenham sido significativos, eles permanecem insuficientes diante das desigualdades estruturais que atravessam a vida universitária. Assim, a universidade constitui um espaço de disputa de projetos e produção de conhecimento, no qual podem ser construídas estratégias de enfrentamento das desigualdades, especialmente por meio do reconhecimento das condições concretas dos estudantes trabalhadores e da formulação de políticas institucionais que favoreçam sua permanência.

2.3 PERFIL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e análise documental realizada. A análise fundamenta-se em

dados secundários produzidos por pesquisas institucionais e acadêmicas, permitindo compreender as condições de acesso e permanência dos alunos trabalhadores, bem como identificar a caracterização desses alunos e analisar como as desigualdades sociais, especialmente relacionadas a classe, raça e gênero, impactam sobre as condições de acesso, permanência e trajetória acadêmica dos estudantes trabalhadores.

Como principais fontes de análise, foram utilizados os estudos Aspectos Sociopolíticos, Econômicos e Culturais do Perfil Discente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (2018 e 2023); Diagnóstico Circunstancial das Condições do Corpo Discente da Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora no Contexto da Pandemia da COVID-19 (2020); a pesquisa desenvolvida por Ferreira (2018) sobre o perfil dos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF em 2015, realizada pela Coordenação do curso de Serviço Social; dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE); e documentos institucionais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A partir dessas fontes, os resultados foram organizados em quatro eixos temáticos, buscando evidenciar as características do perfil discente, as condições de vida e trabalho dos estudantes e os principais desafios enfrentados para a permanência no ensino superior.

A definição desses eixos fundamentou-se no objetivo da pesquisa de compreender as dificuldades de acesso e permanência enfrentadas pelos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da UFJF ao longo de sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, o primeiro eixo aborda o perfil socioeconômico dos estudantes, considerando que características como renda, raça/cor, composição familiar e faixa etária constituem elementos fundamentais para compreender as desigualdades sociais que condicionam o acesso à universidade. O segundo eixo trata do trabalho e das condições de vida dos estudantes, uma vez que a necessidade de conciliar estudo e trabalho impacta diretamente o tempo disponível para a formação acadêmica e as possibilidades de permanência no curso.

O terceiro eixo analisa as condições de permanência no ensino superior, contemplando aspectos relacionados à moradia, transporte, assistência estudantil e participação em atividades acadêmicas, elementos que podem favorecer ou dificultar a continuidade dos estudos. Por fim, um quarto eixo dedica-se às experiências das estudantes mulheres que conciliam a graduação com o trabalho e as

responsabilidades familiares, buscando evidenciar como a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das atividades de cuidado produzem desafios específicos para sua trajetória universitária. Dessa forma, os eixos selecionados permitem uma análise articulada entre as condições socioeconômicas, as demandas do trabalho e os mecanismos de permanência estudantil, contribuindo para a compreensão dos obstáculos enfrentados pelos estudantes ao longo de sua formação acadêmica.

Os dados analisados nesta pesquisa são provenientes de diferentes levantamentos realizados pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) entre os anos de 2015 e 2023, além de documentos institucionais e estudos já publicados sobre o perfil discente. Quanto à participação dos estudantes, a pesquisa realizada em 2015 contou com 182 respondentes, de um universo de 321 estudantes matriculados, correspondendo a aproximadamente 56,7% do corpo discente. Já o diagnóstico realizado em 2020 obteve 195 respostas, de um total de 285 estudantes matriculados, representando cerca de 68,4% dos discentes do curso. Esses percentuais conferem significativa abrangência aos dados produzidos, permitindo uma aproximação consistente da realidade estudantil naquele período.

No levantamento realizado em 2018 foram obtidas 160 respostas e, em 2023, 97 respostas. Entretanto, os documentos consultados não informam o número total de estudantes matriculados nesses respectivos anos, o que impossibilita aferir a representatividade estatística desses levantamentos em relação ao conjunto do corpo discente. Além disso, as pesquisas foram realizadas em contextos distintos e com instrumentos elaborados para atender a objetivos específicos, de modo que nem todas as variáveis foram investigadas da mesma forma em todos os anos. Ainda assim, os dados apresentam convergências importantes e permitem identificar tendências relativas ao perfil socioeconômico dos estudantes, às suas condições de vida e trabalho e aos desafios enfrentados para o acesso e a permanência no ensino superior. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos como uma importante fonte de análise da realidade estudantil do curso de Serviço Social da UFJF, sem a pretensão de generalizar todas as conclusões para o conjunto dos discentes, indicando, quando necessário, a importância da realização de novas pesquisas para aprofundar aspectos específicos dessa realidade.

2.3.1 Perfil das e dos estudantes do Curso de Serviço Social da UFJF

Este item apresenta o perfil socioeconômico das e dos estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), considerando as variáveis referentes à faixa etária, raça/cor, estado civil, composição familiar e renda. A análise desses indicadores tem como objetivo caracterizar o perfil do corpo discente e compreender como as condições socioeconômicas e familiares influenciam o acesso, a permanência e a trajetória acadêmica dos estudantes no ensino superior.

Os dados da análise documental evidenciam a predominância histórica de mulheres no curso (Figura 2). Conforme Ferreira (2018) em 2015, 90,1% dos estudantes declararam ser do sexo feminino. Em 2018, conforme os dados da pesquisa “Aspectos Sociopolíticos, Econômicos e Culturais do Perfil Discente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora” (FSS UFJF, 2019), entre os 160 respondentes, 136 se identificaram como mulheres cisgênero e 20 como homens cisgênero, além de uma pessoa não binária e uma pessoa homem transgênero. Já em 2020, conforme o Diagnóstico Circunstancial das Condições do Corpo Discente da Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da pandemia COVID-29 (FSS UFJF, 2020), realizada em 2020 dos 195 participantes da pesquisa, 165 se identificaram como mulheres cisgênero, uma como mulher transgênero, 25 como homens cisgênero e duas como pessoas não binárias. Em 2023, os dados da pesquisa “Aspectos Sociopolíticos, Econômicos e Culturais do Perfil Discente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora” (FSS UFJF, 2023), apontam que entre os 97 estudantes respondentes, 81 eram mulheres, quanto à identidade de gênero, 79 se identificaram como mulheres cisgênero, uma como mulher trans, uma respondeu apenas “feminino”, 4 não-binária e 12 como homem cisgênero.

Figura 2 - Histórico do perfil de gênero e sexo dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2015, 2018, 2020 e 2023

Ano	Fonte dos Dados	Total de Respondentes	Perfil de Gênero / Sexo
2015	Ferreira (2018)	182	• 90.1%: Sexo Feminino
2018	FSS UFJF (2019) (Aspectos Sociopolíticos...)	160	• 136 Mulheres cisgênero • 20 Homens cisgênero • 1 Pessoa não binária • 1 Homem transgênero
2020	FSS UFJF (2020) (Diagnóstico Circunstancial...)	195	• 165 Mulheres cisgênero • 1 Mulher transgênero • 25 Homens cisgênero • 2 Pessoas não binárias
2023	FSS UFJF (2023) (Aspectos Sociopolíticos...)	97	• 79 Mulheres cisgênero • 1 Mulher trans • 1 Mulher ('feminino') • 4 não-binária • 12 como homem cisgênero

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os dados demonstram que o curso de Serviço Social da UFJF mantém, ao longo dos anos, uma composição majoritariamente feminina, reproduzindo uma característica histórica da profissão no Brasil. A inserção das mulheres no Serviço Social está relacionada ao processo histórico de constituição da profissão, marcada pela associação socialmente construída entre as mulheres e as atividades de cuidado, proteção social e atendimento às necessidades da população.

Essa predominância feminina constitui um elemento central para a compreensão do perfil socioeconômico das estudantes trabalhadoras do curso, como será melhor desenvolvido no item 2.3.4. As desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira impactam diretamente as condições de permanência acadêmica dessas estudantes, especialmente porque muitas delas acumulam jornadas de trabalho remunerado, responsabilidades domésticas e atividades de cuidado com filhos e familiares.

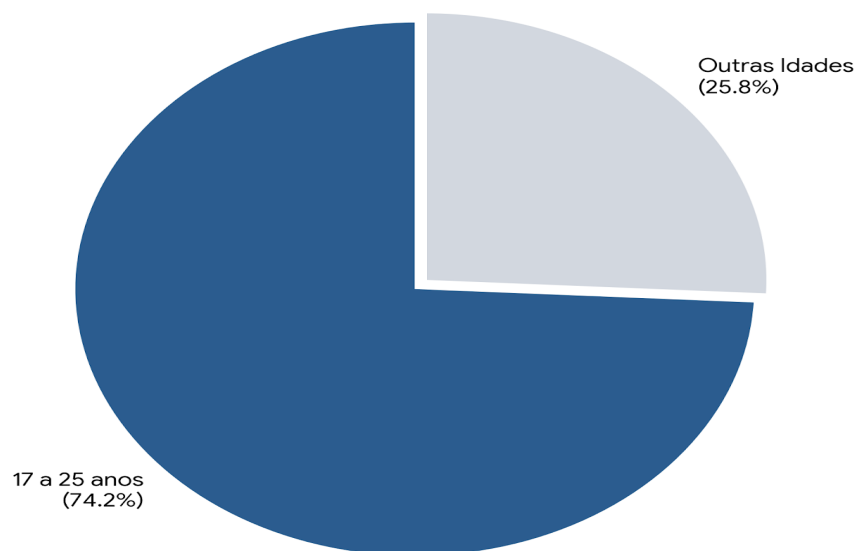
Em relação à faixa etária dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (Figuras 3, 4, 5 e 6), no perfil discente de 2015, verificou-se que a maior incidência de idade estava concentrada na faixa entre 17 e 25 anos, correspondendo a 74,2% dos estudantes participantes da pesquisa. Os dados evidenciam a predominância de jovens no curso, característica frequentemente observada no ensino superior brasileiro.

Já no Perfil discente de 2018, a faixa etária de 18 a 23 anos concentrou o maior número de respondentes, com 84 registros. Em seguida, apareceram as faixas de 24 a 29 anos, com 25 respostas; 30 a 35 anos, com 6 respostas; 36 a 41 anos, com 2 respostas; e 42 anos ou mais, com 3 respostas. Ressalta-se que 40 estudantes não responderam a essa questão.

No Diagnóstico realizado em 2020, os dados também indicaram predominância de estudantes jovens. Considerando os anos de nascimento informados, observa-se maior concentração entre aqueles nascidos entre 1997 e 2002, especialmente nos anos de 1998 (28 estudantes), 1999 (24 estudantes) e 2000 (29 estudantes), o que correspondia, no período da pesquisa, a estudantes com aproximadamente 18 a 23 anos de idade. Contudo, a pesquisa também registrou a presença de estudantes mais velhos, incluindo respondentes nascidos entre as décadas de 1950 e 1970, demonstrando significativa diversidade etária no corpo discente.

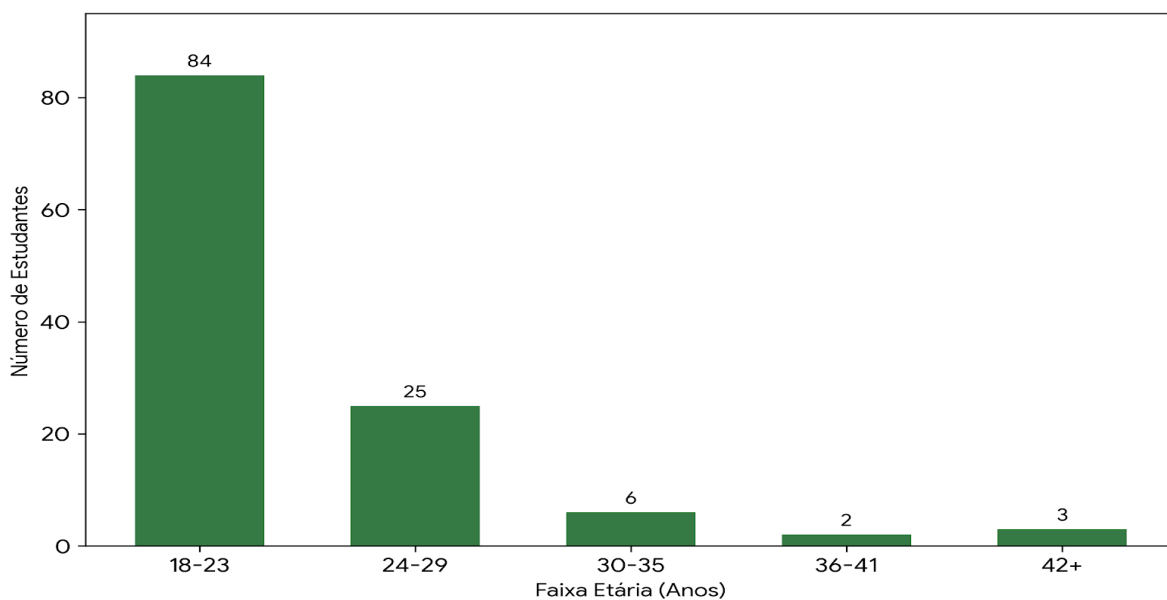
Já no perfil discente de 2023, entre os 97 estudantes participantes, a maioria expressiva concentrava-se na faixa etária de 18 a 22 anos, somando 52 respondentes. Especificamente, oito estudantes tinham 18 anos, 11 tinham 19 anos, 10 tinham 20 anos, 10 tinham 21 anos e 13 tinham 22 anos. A faixa de 23 a 30 anos reuniu 24 discentes (cinco com 23 anos, oito com 24 anos, um com 25 anos, um com 26 anos, dois com 27 anos, um com 28 anos, dois com 29 anos e um com 30 anos). Os demais participantes apresentaram idades mais diversificadas: dois tinham 31 anos, um tinha 32 anos, um tinha 33 anos, dois tinham 35 anos, dois tinham 39 anos, um tinha 40 anos, quatro tinham 43 anos, um tinha 48 anos, um tinha 49 anos, dois tinham 50 anos, um tinha 53 anos, um tinha 57 anos, três tinham 58 anos e um tinha 65 anos. Além disso, um respondente informou apenas o ano de nascimento (1968), o que indica a idade aproximada de 55 anos no momento da pesquisa.

Figura 3 - Perfil etário dos estudantes ingressantes na Faculdade de Serviço Social da UFJF em 2015, destacando a concentração na faixa de 17 a 25 anos.



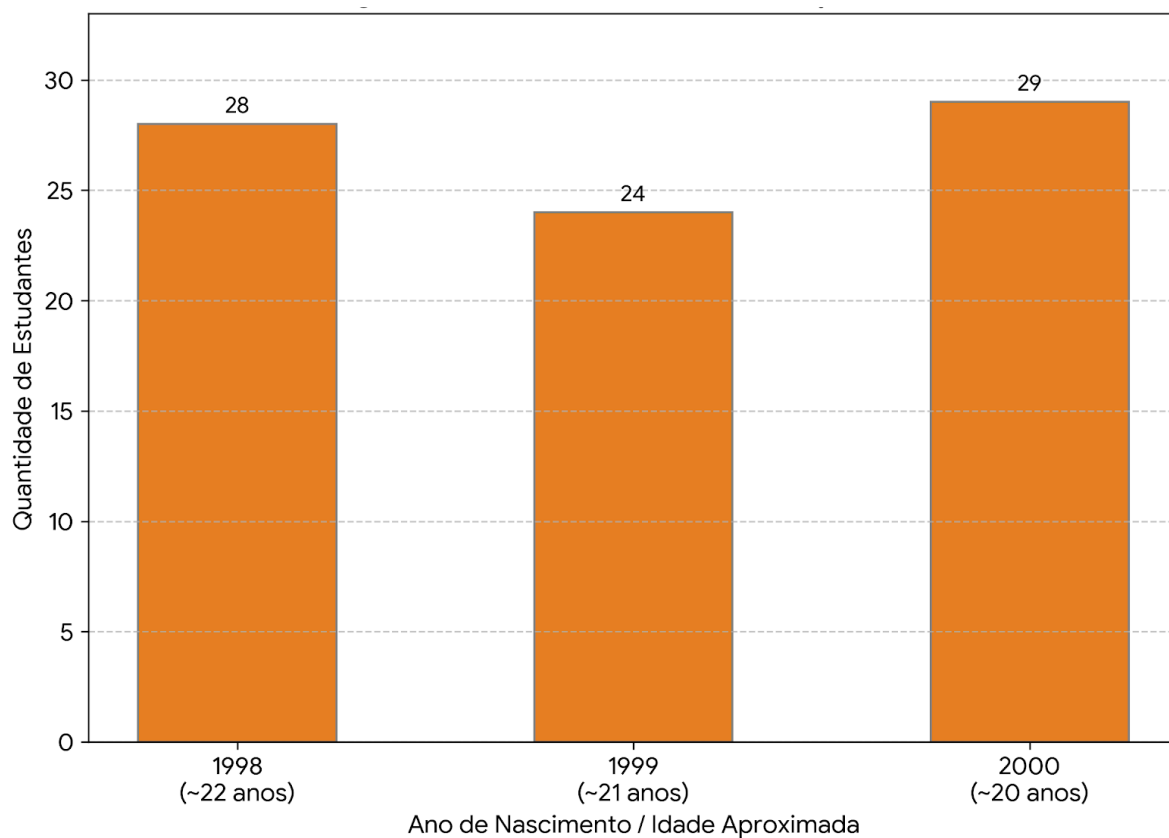
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 4 - Distribuição absoluta por faixas etárias dos estudantes de Serviço Social da UFJF em 2018



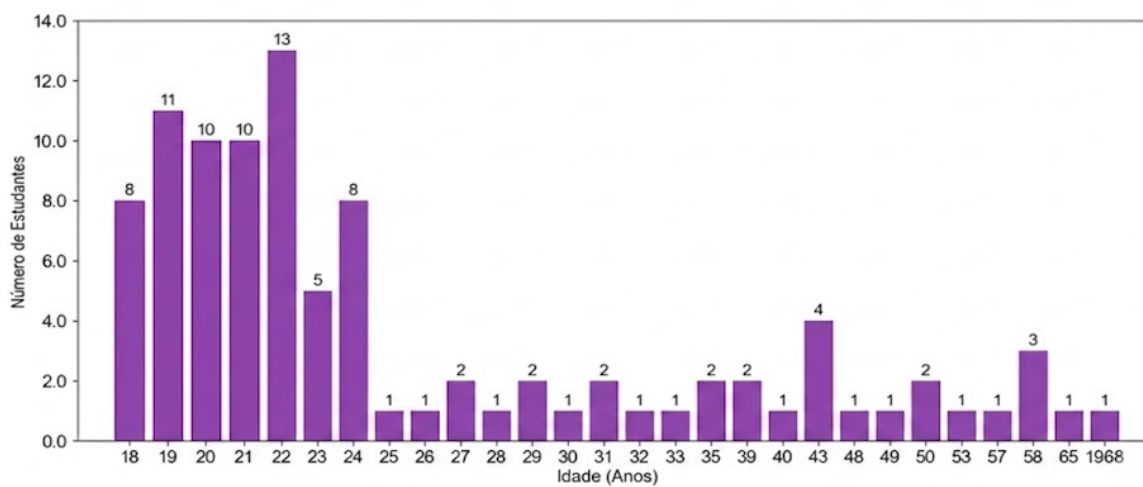
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 5 - Distribuição dos discentes da Faculdade de Serviço Social da UFJF por ano de nascimento em 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 6 - Frequência absoluta de idades individuais declaradas pelos respondentes da pesquisa de 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

De modo geral, os dados das diferentes pesquisas evidenciam que o curso de Serviço Social da UFJF apresenta predominância de estudantes jovens, especialmente na faixa etária entre 18 e 25 anos. Entretanto, observa-se também a presença de estudantes adultos e pessoas com mais de 40 e 50 anos, revelando a heterogeneidade etária do corpo discente. Essa característica sugere que o acesso ao ensino superior não se restringe aos jovens recém-egressos do ensino médio, abrangendo também sujeitos que retornam aos estudos após trajetórias marcadas pela inserção no mercado de trabalho, responsabilidades familiares, maternidade e outras experiências sociais. Tal diversidade é particularmente relevante para compreender o perfil dos estudantes trabalhadores, uma vez que diferentes momentos do ciclo de vida podem produzir demandas, desafios e estratégias distintas para a permanência na universidade.

Com relação à variável raça/cor (Figura 7) dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), nos dados coletados em 2015, 50,5% dos estudantes declararam-se brancos, 25,8% pardos e 20,3% pretos. Assim, os estudantes negros (pretos e pardos) representavam 46,1% dos respondentes. Na pesquisa, realizada em 2018, entre os 160 participantes, 91 estudantes declararam-se brancos, 34 pardos, 26 pretos, dois amarelos e um indígena. Além disso, seis estudantes não responderam à questão. Considerando apenas os estudantes pretos e pardos, observa-se que eles representavam aproximadamente 37,5% dos respondentes. No diagnóstico realizado em 2020, 105 estudantes declararam-se brancos, 49 pardos e 41 pretos. Dessa forma, os estudantes negros totalizavam 90 respondentes, correspondendo a aproximadamente 46,2% da amostra. Já na pesquisa "Aspectos Sociopolíticos, Econômicos e Culturais do Perfil Discente da Faculdade de Serviço Social da UFJF", realizada em 2023, dos 97 estudantes participantes, 56 declararam-se brancos, 24 pardos e 17 pretos. Os estudantes pretos e pardos juntos correspondiam, portanto, a 42,27% dos respondentes.

Figura 7 - Histórico da distribuição por raça/cor autodeclarada entre os estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2015, 2018, 2020 e 2023.

Ano	Fonte dos Dados	Total de Respondentes	Perfil de Raça / Cor (em %)
2015	Ferreira (2018)	182	• 50,5%: Brancos • 25,8%: Pardos • 20,3%: Pretos • 3,4%: Outros / Não Informado
2018	FSS UFJF (2019) (Aspectos Sociopolíticos...)	160	• 56,9%: Brancos • 21,2%: Pardos • 16,2%: Pretos • 1,3%: Amarelos 0,6%: Indígenas • 3,8%: Não responderam
2020	FSS UFJF (2020) (Diagnóstico Circunstancial...)	195	• 53,8%: Brancos • 25,1%: Pardos • 21,0%: Pretos
2023	FSS UFJF (2023) (Aspectos Sociopolíticos...)	97	• 57,73%: Brancos (56 pessoas) • 24,74%: Pardos (24 pessoas) • 17,53%: Pretos (17 pessoas)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Ao comparar os dados das pesquisas realizadas em 2015, 2018, 2020 e 2023, observa-se que a participação de estudantes negros (pretos e pardos) no curso de Serviço Social da UFJF apresentou variações ao longo do período analisado. Em 2015, os estudantes negros representavam 46,1% dos respondentes; em 2018, esse percentual foi de 37,5%; em 2020, atingiu 46,2%; e, em 2023, correspondeu a 42,27% da amostra. Embora os dados indiquem oscilações entre os diferentes levantamentos, verifica-se a presença expressiva de estudantes negros em todos os períodos analisados, evidenciando mudanças no perfil do corpo discente e os impactos dos processos de democratização do acesso ao ensino superior.

Contudo, embora as políticas de inclusão tenham contribuído para ampliar o ingresso de estudantes negros nas universidades públicas, a permanência desses estudantes ainda se constitui como um desafio. As desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira articulam-se às desigualdades de classe, influenciando as condições de acesso à renda, ao trabalho, à moradia, ao transporte e aos demais recursos necessários para a continuidade da trajetória acadêmica. Assim, a análise da composição racial dos estudantes trabalhadores torna-se fundamental para compreender as múltiplas expressões da desigualdade que atravessam a formação em Serviço Social e os desafios enfrentados para a permanência no ensino superior.

A análise da variável raça/cor pode ser aprofundada a partir de dados nacionais que evidenciam como as desigualdades educacionais se expressam anteriormente ao ensino superior. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2024 (INEP, 2024), no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os estudantes identificados como pretos e pardos representam 79% das matrículas na EJA do ensino fundamental e 73,6% na EJA do ensino médio, considerando apenas os alunos com informação de cor/raça declarada. Em contrapartida, os estudantes brancos correspondem a 18,9% da EJA do ensino fundamental e 24,9% da EJA do ensino médio. Esses dados evidenciam que a população negra está majoritariamente inserida em modalidades de escolarização que, em grande medida, expressam trajetórias marcadas por interrupções, defasagens idade-série e retorno tardio aos estudos. Nesse sentido, a forte presença de estudantes negros na EJA revela os efeitos históricos das desigualdades sociais e raciais sobre o percurso educacional, especialmente no que se refere ao acesso e à permanência na educação básica em idade regular.

Quando articulados ao perfil dos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF, esses dados contribuem para compreender que o ingresso no ensino superior não ocorre em condições homogêneas entre os diferentes grupos raciais. As desigualdades que atravessam a educação básica repercutem diretamente nas oportunidades de acesso à universidade, tanto pela necessidade de inserção precoce no trabalho quanto pelas dificuldades de continuidade da trajetória escolar. Dessa forma, os dados do Censo Escolar da Educação Básica reforçam que a análise da cor/raça no ensino superior deve ser compreendida como parte de um processo estrutural mais amplo, no qual as desigualdades raciais se expressam desde as etapas iniciais da escolarização e se reproduzem ao longo das trajetórias educacionais no Brasil.

A análise do estado civil dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) evidencia, de modo geral, a predominância de estudantes solteiros, ao mesmo tempo em que revela a presença de diferentes arranjos familiares entre o corpo discente. Na pesquisa, realizada em 2018, dos 160 respondentes, 149 declararam-se solteiros, 9 casados, 1 em união estável e 1 viúvo, indicando a forte concentração de estudantes sem vínculo conjugal formal.

Na pesquisa realizada em 2023, dos 97 estudantes participantes, 78 declararam-se solteiros, 12 casados, 4 divorciados e 3 em união estável. Os dados mantêm a tendência de predominância de estudantes solteiros, o que pode estar associado ao perfil etário mais jovem identificado no curso. Em geral, a ausência de vínculo conjugal formal é mais frequente entre estudantes que se encontram nas faixas etárias iniciais da vida adulta, especialmente entre aqueles que ingressam diretamente após a conclusão do ensino médio.

Entretanto, a presença de estudantes casados e em união estável evidencia a heterogeneidade das trajetórias presentes no curso de Serviço Social, indicando que a formação acadêmica também é vivenciada por sujeitos que acumulam responsabilidades conjugais e familiares. Essa condição pode implicar desafios adicionais à permanência universitária, especialmente quando articulada às demandas do trabalho remunerado, da organização da vida doméstica e, em muitos casos, do cuidado com filhos e outros dependentes.

Dessa forma, o estado civil constitui uma dimensão relevante para a compreensão do perfil dos estudantes trabalhadores, na medida em que se articula às demais variáveis analisadas, como faixa etária, gênero e condições socioeconômicas. Tais inter-relações contribuem para evidenciar que a experiência universitária não é homogênea, sendo atravessada por diferentes formas de inserção na vida adulta e pelas múltiplas responsabilidades que incidem sobre os sujeitos.

A análise da composição familiar e da renda dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pode indicar a inserção predominante em famílias de baixa e média renda, bem como a existência de diferentes configurações familiares que impactam diretamente as condições de permanência no ensino superior (Figura 8).

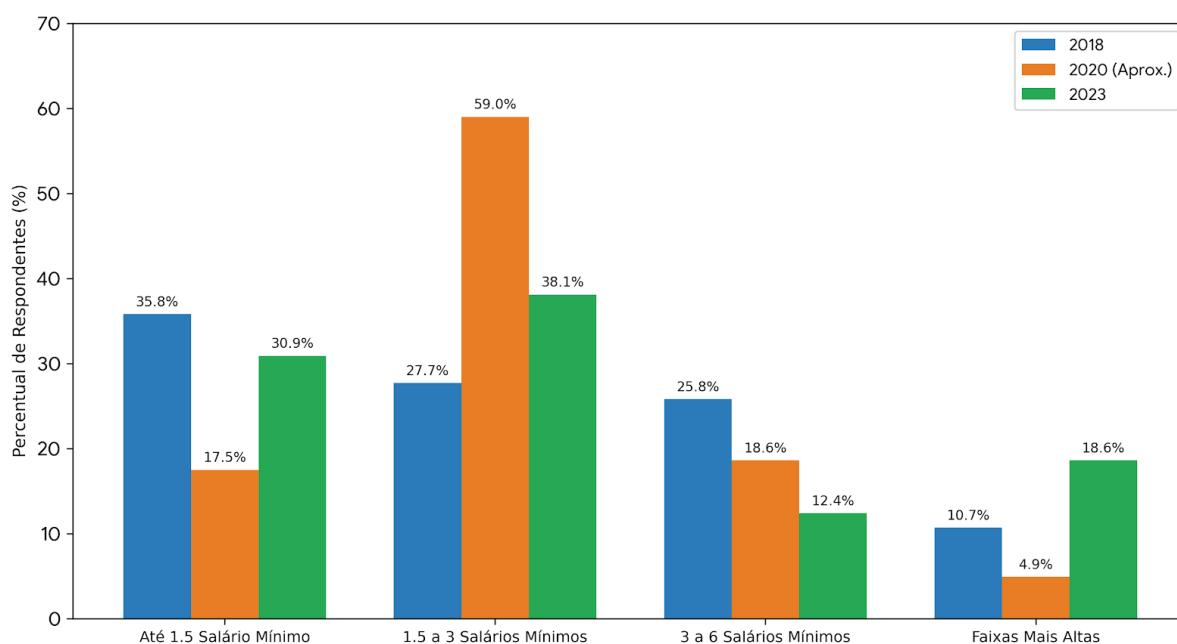
Na pesquisa realizada em 2018, a maioria dos estudantes declarou renda familiar concentrada nas faixas mais baixas: 57 respondentes informaram renda de até 1,5 salário mínimo, 44 entre 1,5 e 3 salários mínimos, 41 entre 3 e 5 salários mínimos, 16 entre 5 e 10 salários mínimos e apenas 1 estudante declarou renda superior a 10 salários mínimos.

No diagnóstico realizado em 2020, observou-se que 108 estudantes declararam renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos, 34 entre 4 e 6 salários mínimos, 32 até 1 salário mínimo e apenas 9 acima de 7 salários mínimos. Quanto à

variação da renda durante a pandemia, predominou a percepção de redução ou estabilidade, sendo que grande parte dos estudantes relatou que a renda familiar caiu significativamente ou permaneceu inalterada. Em relação ao auxílio emergencial, 80 estudantes receberam o valor de R\$ 600,00, 17 receberam R\$ 1.200,00, enquanto 75 declararam não ter recebido o benefício.

Na pesquisa de 2023, a renda familiar dos estudantes manteve a tendência de concentração nas faixas mais baixas: 37 estudantes declararam renda entre 1,5 e 3 salários mínimos, 30 até 1,5 salário mínimo, 17 entre 5 e 10 salários mínimos, 12 entre 3 e 5 salários mínimos e apenas 1 estudante declarou renda superior a 10 salários mínimos. Observa-se, portanto, a permanência de um perfil socioeconômico marcado por rendas reduzidas e alta concentração nas faixas inferiores.

Figura 8 - Evolução comparativa da distribuição percentual de renda familiar dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2018, 2020 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No que se refere à composição familiar em 2023, verificou-se que a maior parte dos estudantes reside com 3 pessoas (28,87%) ou com 2 e 4 pessoas (21,65% cada grupo). Além disso, 15 estudantes moram sozinhos (15,46%), 8 residem com 5 pessoas (8,25%) e foram registrados casos isolados (1,03% cada) de estudantes morando com 6, 8 e 20 pessoas. Quanto ao principal mantenedor da família, 29

estudantes apontaram o pai, 26 a mãe, 20 afirmaram ser os próprios responsáveis pelo sustento, 10 indicaram o esposo ou companheiro(a), 3 citaram os avós, 2 mencionaram os filhos, 1 indicou sustento compartilhado com o companheiro e 1 não soube responder com exatidão.

Além disso, na pesquisa de 2018, ao se observar o principal responsável pelo sustento familiar, identificou-se a predominância do pai/padrasto (71 respostas), seguido da mãe/madrasta (62), dos pais conjuntamente (29), além de outras configurações como avós (8), cônjuge/namorado (8), outros familiares (4), tio/tia (2) e o próprio estudante (12). Esses dados evidenciam que, embora a figura paterna apareça com maior centralidade como provedor no período, já se observa a participação significativa de outros arranjos familiares e da própria autonomia econômica de alguns estudantes.

Em relação à escolaridade do principal mantenedor da família, em 2018 predominam níveis de escolarização mais baixos, com destaque para ensino médio completo (46 respostas), ensino superior completo (38), ensino superior incompleto (26), ensino fundamental incompleto (36), ensino fundamental completo (14), ensino médio incompleto (8) e 5 casos de analfabetismo, evidenciando a inserção majoritária das famílias em estratos populares com menor acesso à educação formal. Em 2023, predominam o ensino médio completo (8 respostas), seguido de ensino superior completo (7), ensino fundamental incompleto (5), ensino superior incompleto (4) e ensino médio incompleto (2), mantendo-se a tendência de concentração em níveis médios de escolarização.

A articulação entre renda familiar e número de pessoas que dependem desses rendimentos evidencia que a maior parte dos estudantes está inserida em núcleos familiares compostos por três a quatro pessoas, sustentadas por rendas concentradas, em sua maioria, nas faixas de até 1,5 salário mínimo e entre 1,5 e 3 salários mínimos. Essa configuração pode revelar situações de pobreza, especialmente quando rendas reduzidas precisam ser compartilhadas entre múltiplos membros da família.

Ainda que existam casos de rendas mais elevadas, observa-se que estas também são distribuídas entre grupos familiares relativamente numerosos, o que pode indicar que, de modo geral, os recursos financeiros podem não ser não são abundantes em relação às demandas do núcleo familiar. Ao comparar os dados ao longo do período analisado (2018, 2020 e 2023), observa-se a persistência de um

perfil discente majoritariamente pertencente às classes populares, com forte concentração nas faixas de renda mais baixas.

Dessa forma, podemos compreender que o perfil dos e das discentes de Serviço Social, de acordo com as pesquisas realizadas pela FSS/UFJF, ainda que seja marcado por vivências e condições heterogêneas, tem uma predominância de mulheres em idade entre 18 e 25 anos, de cor branca, com renda familiar concentrada, majoritariamente, nas faixas de até 1,5 salário mínimo e entre 1,5 e 3 salários mínimos, predominantemente solteiras, residentes em domicílios compostos por três ou quatro pessoas, tendo o pai ou a mãe como principais responsáveis pelo sustento familiar e pertencentes a famílias cujo principal mantenedor possui, em sua maioria, ensino médio completo ou ensino fundamental incompleto.

Portanto, a análise da composição familiar e da renda expressa que o perfil das estudantes do Curso de Serviço Social da UFJF é marcado por características que refletem as desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade brasileira. Os dados sinalizam condições de vida que são atravessadas por desigualdades de classe, gênero e raça/cor. Nesse sentido, tais características podem impactar as condições de acesso, permanência e trajetória acadêmica no ensino superior, constituindo elementos relevantes para a compreensão da realidade estudantil investigada.

2.3.2 Trabalho e condições de vida dos estudantes

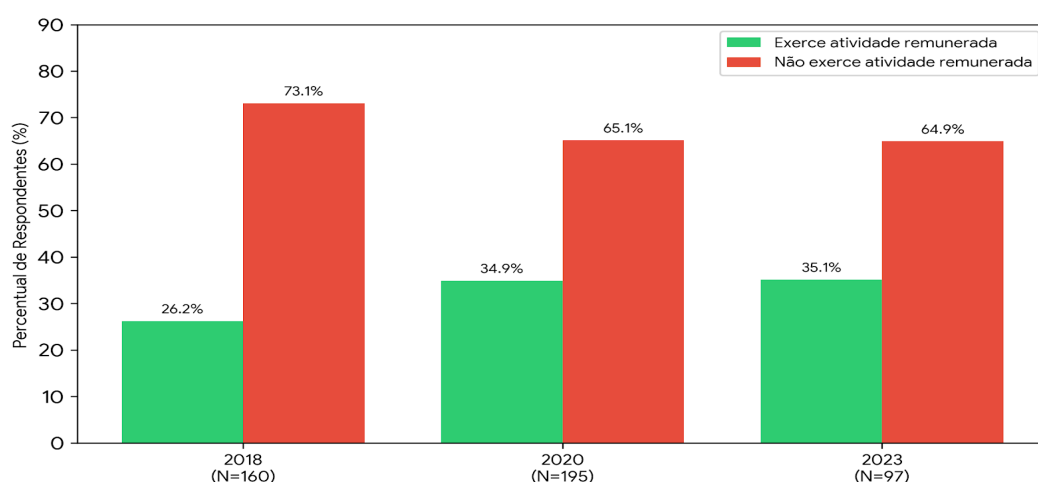
Este item apresenta os dados referentes às condições de trabalho e de vida das e dos estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), contemplando informações sobre o exercício de atividades remuneradas, os vínculos empregatícios, o regime e a carga horária de trabalho, a busca por inserção no mercado de trabalho e a interrupção das atividades laborais para permanência na graduação. A análise desses dados busca compreender como a relação entre estudo e trabalho se manifesta na trajetória acadêmica dos estudantes, identificando elementos que contribuem para a compreensão dos desafios enfrentados no acesso e, sobretudo, na permanência no ensino superior.

A relação entre trabalho e formação acadêmica constitui uma dimensão central para a compreensão das condições de vida e permanência dos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os

dados produzidos pelas pesquisas disponibilizadas pela coordenação de curso de Serviço Social da UFJF realizados em, 2018, 2020 e 2023 e a pesquisa desenvolvida por Ferreira (2018), referente ao perfil dos estudantes do curso de Serviço Social da UFJF em 2015, permitem identificar mudanças e permanências na inserção dos discentes no mercado de trabalho, nas formas de vínculo empregatício, nas jornadas laborais e nas estratégias adotadas para garantir a continuidade dos estudos.

Em 2018, dos 160 estudantes participantes da pesquisa, 42 (26,2%) declararam exercer atividade remunerada, enquanto 117 (73,1%) afirmaram não trabalhar. Já em 2020, durante o contexto da pandemia da COVID-19, observou-se um aumento expressivo do número de estudantes que informaram estar inseridos no mercado de trabalho, sendo 68 trabalhadores (34,9%) e 127 não trabalhadores (65,1%). Em 2023, dos 97 participantes, esse percentual manteve-se próximo ao do período pandêmico, com 34 estudantes (35,01%) declarando exercer atividade remunerada, enquanto 63 (64,9%) informaram não trabalhar. Embora os diferentes levantamentos possuam universos amostrais distintos, os resultados indicam que a maioria dos estudantes da Faculdade de Serviço Social não se encontra inserida formalmente no mercado de trabalho durante a graduação (Figura 9).

Figura 9 - Evolução comparativa do vínculo empregatício dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos anos 2018, 2020 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Quanto aos espaços ocupacionais, verifica-se diversidade nas atividades exercidas pelos estudantes trabalhadores. Em 2018 predominavam ocupações em

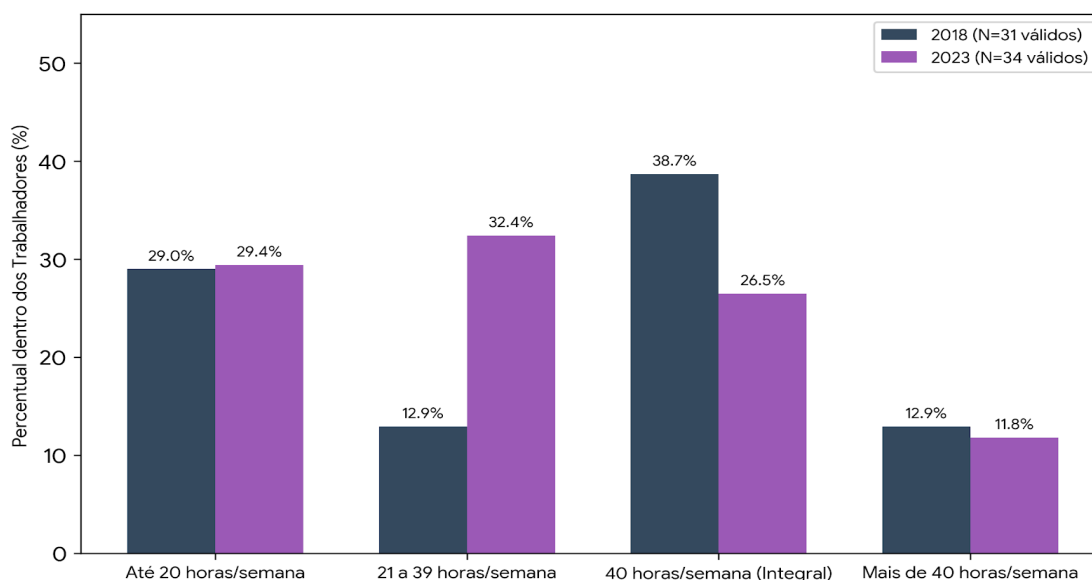
empresas privadas, órgãos públicos, restaurantes, salões de beleza, comércio e atividades informais. Em 2020, observou-se uma ampliação dessa diversidade, abrangendo funções administrativas, educacionais, comerciais, de saúde e serviços, com destaque para professores, servidores públicos, trabalhadores informais, assistentes administrativos e recepcionistas. Em 2023, embora o número de estudantes trabalhadores tenha sido menor, permanecem presentes ocupações ligadas ao setor de serviços, à administração e ao trabalho autônomo, incluindo atividades em prefeituras, Secretaria Municipal de Saúde, clínicas, consultórios e estabelecimentos comerciais.

As funções desempenhadas pelos estudantes revelam a predominância de atividades de baixa ou média qualificação, frequentemente relacionadas ao setor de serviços e ao trabalho administrativo. Em 2018 destacaram-se funções como administrativo, jovem aprendiz, vendedor, professor e manicure. Em 2023, as estudantes trabalhadoras estavam inseridas em diferentes áreas de atuação profissional, com predominância nas funções de apoio administrativo e gestão (9 ocorrências). Também foram identificadas ocupações nos setores de estética, artesanato e serviços pessoais (5), comércio e atendimento (4), educação e ação social (4), segurança e consultoria técnica (4), além de estudantes que atuavam como aprendizes ou estagiárias (3), na área de comunicação e mídias digitais (2) e em transporte e logística (1). Ainda foram registradas três respostas classificadas como sem função definida ou outros.

As jornadas de trabalho também constituem um aspecto relevante para a caracterização das condições de vida das e dos estudantes (Figura 10). Na pesquisa realizada em 2018, dos 42 estudantes que declararam exercer atividade remunerada, 12 informaram cumprir jornada de 40 horas semanais, 9 trabalhavam 20 horas semanais, 2 cumpriam jornadas de 24 horas, 2 de 30 horas, 2 de 44 horas, 1 de 48 horas e 1 de 60 horas semanais. Além disso, 11 estudantes não responderam a essa questão. Em 2023, 11 estudantes cumpriam jornada de 30 horas semanais, 9 trabalhavam 40 horas semanais, 4 exerciam jornadas de 20 horas, 2 relataram 44 horas e 2, 12 horas semanais. Além disso, foram registradas 2 jornadas de 10 horas e, individualmente, jornadas de 45 horas, 56 horas, 8 horas e 6 horas semanais. Esses dados evidenciam que uma parcela significativa dos estudantes concilia a graduação com extensas cargas de trabalho, realidade que

pode impactar diretamente o desempenho acadêmico, a participação em atividades extracurriculares e a permanência no curso.

Figura 10 - Comparativo da carga horária semanal de trabalho entre os discentes de Serviço Social da UFJF que exerciam atividade remunerada nos anos de 2018 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Em relação aos vínculos empregatícios, observa-se certa estabilidade na predominância das relações formais de trabalho. Em 2018, dos estudantes trabalhadores, 20 possuíam vínculo celetista (CLT), seis eram servidores estatutários e seis atuavam por meio de prestação de serviços. Em 2023, foram identificadas 12 estudantes com vínculo CLT, 6 prestadoras de serviço, 4 servidoras estatutárias municipais e 3 estatutárias estaduais. Ainda que em menor número, os dados demonstram a coexistência de diferentes formas de inserção laboral entre os discentes.

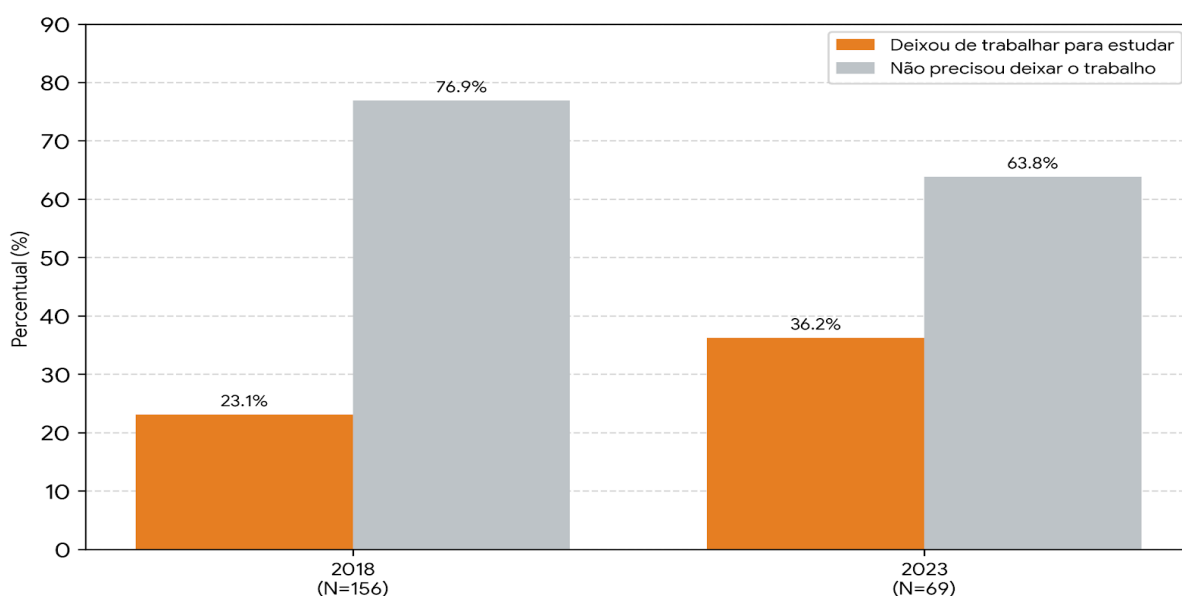
Os impactos da pandemia da COVID-19 sobre o trabalho dos estudantes também merecem destaque. Em 2020, diversos estudantes relataram a interrupção ou perda de suas atividades laborais, especialmente aqueles vinculados a ocupações informais, programas de aprendizagem, atividades autônomas e setores diretamente afetados pelas medidas de distanciamento social. Entre os que permaneceram empregados, verificaram-se diferentes modalidades de trabalho, incluindo atividades presenciais, remotas, semipresenciais e escalas intermitentes.

Esses dados evidenciam a fragilidade ocupacional enfrentada por parcela dos estudantes durante o período pandêmico.

No que se refere à busca por emprego, os dados indicam que uma parcela significativa dos estudantes sem ocupação remunerada manifesta interesse em ingressar no mercado de trabalho (Figura 12). Em 2018, 21 estudantes declararam procurar emprego, enquanto 55 afirmaram não estar realizando essa busca. Em 2023, entre as estudantes que não trabalhavam, 34 informaram que estavam procurando emprego e 24 não buscavam inserção laboral naquele momento. Esses resultados sugerem que as dificuldades econômicas podem ser um elemento importante da experiência universitária.

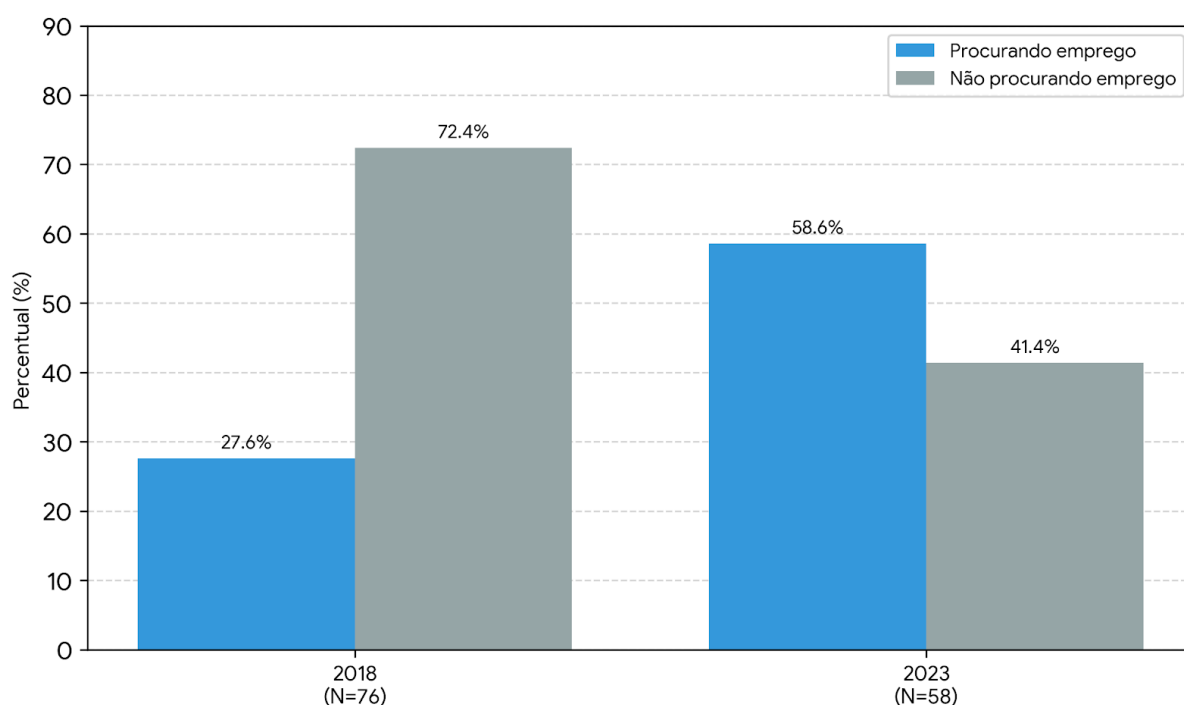
Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de interromper atividades laborais para viabilizar a permanência na graduação (Figura 11). Em 2018, 36 (23,1%) estudantes afirmaram ter deixado de trabalhar para estudar, enquanto 120 (76,9%) responderam negativamente. Em 2023, 25 estudantes relataram ter abandonado o trabalho para prosseguir os estudos. Embora a maioria dos participantes não tenha precisado tomar essa decisão, os dados demonstram que, para parte dos discentes, a dedicação às atividades acadêmicas exige a renúncia temporária ao trabalho remunerado.

Figura 11 - Necessidade de renúncia laboral entre os discentes de Serviço Social da UFJF nos levantamentos de 2018 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Figura 12 - Busca por inserção no mercado de trabalho entre os estudantes não trabalhadores da Faculdade de Serviço Social da UFJF nos anos de 2018 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

As estratégias de geração de renda para custear a permanência universitária também aparecem nos diferentes levantamentos. Em 2018, destacaram-se atividades complementares como venda de alimentos, produtos de beleza, vestuário, trabalhos como freelancer e participação em programas de formação profissional. Já em 2023, 17 estudantes declararam obter renda ou realizar atividades remuneradas para se manterem na Faculdade de Serviço Social. As estratégias relatadas abrangem desde o trabalho informal e autônomo, como a venda de alimentos e produtos de beleza, atuação em eventos, bicos e aulas particulares, até o trabalho doméstico, a prestação de serviços, empregos formais (CLT) e o recebimento de benefícios sociais e previdenciários (como aposentadorias e auxílio-doença). Embora a maioria não exerça atividade remunerada para este fim, tais estratégias evidenciam a necessidade contínua de geração de renda por parte de uma parcela dos discentes para viabilizar a permanência na graduação.

Entre os estudantes que responderam às pesquisas analisadas, não há uma maioria inserida no mercado de trabalho, em busca de emprego ou exercendo atividades laborais no momento da coleta dos dados. Esse resultado pode indicar que uma parcela significativa dos estudantes consegue permanecer na universidade sem a necessidade de conciliar, naquele momento, a graduação com uma atividade remunerada, o que não significa, contudo, a ausência de dificuldades econômicas, ou que a classe trabalhadora não está conseguindo chegar à universidade.

Porém, considerando as condições apontadas pelo perfil socioeconômico, que revelam uma parcela de estudantes provenientes da classe trabalhadora, majoritariamente com renda familiar de até três salários mínimos, é possível refletir sobre quais estratégias têm possibilitado a permanência desses estudantes que não sinalizam uma necessidade imediata de inserção no trabalho. Essas estratégias podem estar relacionadas ao apoio familiar, às redes de solidariedade e suporte social, bem como aos avanços das políticas de democratização do acesso e de permanência estudantil, que contribuem para reduzir parte das barreiras econômicas enfrentadas ao longo da graduação.

Ainda assim, é possível identificar um perfil entre os estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da UFJF. Em sua maioria, são estudantes que conciliam jornadas de trabalho com as atividades acadêmicas, frequentemente inseridos em ocupações de menor remuneração e maior precarização, realidade que impõe limites ao tempo destinado aos estudos, à participação em atividades acadêmicas e à vivência universitária. Para esses estudantes, a necessidade de geração de renda pode representar um fator de maior dificuldade para a permanência e a conclusão do ensino superior, especialmente nos períodos finais do curso, quando as exigências relacionadas ao estágio supervisionado obrigatório podem dificultar a conciliação entre trabalho, formação e subsistência, configurando-se, em muitos casos, como um momento decisivo em suas trajetórias acadêmicas.

2.3.3 Moradia, transporte e assistência estudantil

As condições de moradia, mobilidade urbana e acesso às políticas de assistência estudantil constituem elementos fundamentais para compreender as possibilidades de acesso, permanência e conclusão da graduação pelos estudantes da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

No que se refere às condições de moradia, observa-se predominância de estudantes oriundos de famílias que residem em imóveis próprios. Em 2018, dos 160 respondentes, 112 informaram residir em imóvel próprio, enquanto 29 viviam em imóveis alugados e 11 em imóveis cedidos. Em 2023, essa tendência permaneceu, com 57 estudantes declarando residir em imóvel próprio, 14 em imóvel cedido, 2 em imóvel financiado, 2 em financiamento e 22 em imóvel alugado.

Em relação à composição familiar, os dados demonstram que a maioria dos estudantes vive com outras pessoas. Em 2018, predominavam domicílios compostos por três ou quatro moradores. Já em 2023, a maior parte dos estudantes residia com duas, três ou quatro pessoas, embora também tenham sido identificados casos de estudantes que vivem com 5 pessoas, 6 pessoas, 8 pessoas e sozinhos, situação que pode representar maiores desafios financeiros e emocionais durante a trajetória universitária.

Os resultados também evidenciam a importância dos deslocamentos para a universidade na experiência acadêmica dos estudantes. Em 2015, 74,2% dos participantes residiam em Juiz de Fora, enquanto 19,2% haviam se mudado para a cidade exclusivamente para cursar a graduação e 6% realizavam deslocamentos diários a partir de municípios vizinhos. Em 2018, 86 estudantes eram naturais de Juiz de Fora, 36 haviam migrado para a cidade para estudar e 26 realizavam deslocamentos diários. Em 2023, dos 97 participantes, 59 residiam em Juiz de Fora, 13 moravam em outras cidades e se deslocavam diariamente para frequentar as aulas, e 25 haviam se mudado para Juiz de Fora exclusivamente para cursar o ensino superior.

A procedência dos estudantes revela a abrangência regional da Faculdade de Serviço Social. Em 2023, foram identificados estudantes oriundos de municípios da Zona da Mata Mineira, como Matias Barbosa, Pedro Teixeira, Piau, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Ubá e Visconde do Rio Branco, além de estudantes provenientes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Esses dados reforçam o papel regional desempenhado pela UFJF na oferta de ensino superior público e revelam também alguns desafios enfrentados por estudantes que se deslocam de outros municípios diariamente para cursar a faculdade ou que precisam sair de seus locais de origem para se qualificar.

As dificuldades relacionadas ao deslocamento tornam-se ainda mais evidentes quando analisados os meios de transporte utilizados pelos estudantes. Em

2015, 76,37% dos participantes utilizavam ônibus para chegar à universidade. Em 2018, o transporte coletivo permaneceu como principal meio de locomoção, utilizado por 66,9% dos estudantes, seguido dos deslocamentos a pé (20,0%) e por automóvel (15,6%). Em 2023, 67% dos respondentes informaram utilizar ônibus como principal meio de transporte para acessar a UFJF, 18,6% iam a pé até a universidade, 7,2% de carro, 4,1% de moto, 2,1% de uber e 1% de carona. Esses dados demonstram a forte dependência do transporte público para a realização das atividades acadêmicas, tornando os custos e a qualidade desse serviço fatores diretamente relacionados à permanência estudantil.

A análise da posse de veículos também evidencia condições que podem impactar a locomoção. Em 2015, 88,46% dos estudantes declararam não possuir veículo próprio. Em 2018, 88,1% dos participantes informaram não possuir carro ou motocicleta, enquanto, em 2023, apenas 14,4% possuíam veículo próprio, o que significa que 85,6% não dispunham desse recurso. Embora parte das famílias possua automóveis ou motocicletas, os dados indicam que a maioria dos estudantes depende de alternativas coletivas ou compartilhadas de transporte.

Nesse contexto, as políticas de assistência estudantil assumem papel estratégico na democratização do acesso e da permanência no ensino superior. A UFJF, por meio da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), oferece diferentes modalidades de apoio aos estudantes em situação de fragilidade socioeconômica, incluindo a Bolsa PNAES, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Moradia e Auxílio-Creche. Além disso, disponibiliza vagas na Moradia Estudantil para estudantes oriundos de outros municípios que comprovem necessidade socioeconômica. Atualmente, a Moradia Estudantil da UFJF possui capacidade para 113 residentes e constitui importante instrumento de permanência para estudantes que necessitam se deslocar para Juiz de Fora em função da graduação.

Os dados das pesquisas revelam, contudo, que parcela significativa dos estudantes não participa dos processos seletivos da assistência estudantil. Em 2018, 105 estudantes declararam não ter participado dos editais de apoio estudantil. Entre os contemplados, destacavam-se 28 bolsistas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), 14 beneficiários do auxílio-transporte e quatro do auxílio-alimentação. Em 2023, 76 estudantes afirmaram não ter participado dos processos seletivos, enquanto apenas 18 declararam receber algum benefício,

incluindo bolsa PNAES, auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio moradia. Ainda houve estudantes que participaram dos editais, mas não foram contemplados.

Outro importante mecanismo de permanência é o Restaurante Universitário (RU). Os dados mostram que esse equipamento é amplamente utilizado pelos estudantes. Em 2018, 90 estudantes frequentavam o RU entre uma e cinco vezes por semana, enquanto 22 utilizavam o serviço diariamente. Em 2023, 13 estudantes (13,4%) declararam não utilizar o Restaurante Universitário (RU). Entre os que faziam uso do serviço, 28 (28,9%) afirmaram utilizá-lo raramente, 22 (22,7%) frequentavam o RU de 1 a 3 dias por semana, enquanto 17 (17,5%) utilizavam o restaurante de 3 a 5 dias por semana e outros 17 (17,5%) relataram frequentá-lo todos os dias da semana. O RU contribui para a garantia da segurança alimentar dos estudantes e para a redução dos custos associados à permanência universitária.

Além dos programas assistenciais, as atividades extracurriculares remuneradas, como pesquisa, extensão, monitoria, treinamento profissional e Programa de Educação Tutorial (PET), também podem contribuir para a permanência estudantil ao oferecer apoio financeiro e oportunidades de formação acadêmica. Entretanto, a participação dos estudantes nessas atividades ainda se mostra limitada. Em 2023, a maioria dos respondentes informou não participa de atividades extracurriculares. Entre os motivos apontados para a não participação em atividades extracurriculares, destacou-se a falta de oportunidade ou escassez de vagas, mencionada por 18 estudantes (34,6%). Em seguida, apareceu a falta de tempo, relacionada à conciliação entre trabalho, responsabilidades familiares, maternidade e demandas acadêmicas, indicada por 14 estudantes (26,9%). Também foram mencionados o ingresso recente no curso ou na universidade, com 7 respostas (13,5%), e as dificuldades relacionadas a processos seletivos, como reprovação, não classificação ou não atendimento aos pré-requisitos, apontadas por 4 estudantes (7,7%). As limitações relacionadas à falta de conhecimento ou divulgação das oportunidades corresponderam a 3 respostas (5,8%). Além disso, foram citadas as dificuldades de locomoção ou deslocamento, por 2 estudantes (3,8%), bem como outros motivos, como falta de interesse, ausência de condições financeiras para intercâmbio e cuidados familiares, também com 2 respostas (3,8%). Em 2018, a falta de tempo também apareceu como um dos principais obstáculos,

sendo apontada por 18,8% dos estudantes, frequentemente associada à necessidade de conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares.

Essa falta de tempo e de oportunidades, observada em 2018 e 2023, funciona como uma barreira invisível que limita a participação dos estudantes nas diversas atividades que a universidade oferece. Entre os principais obstáculos identificados, destaca-se a impossibilidade de participação em monitorias, projetos de pesquisa, atividades de extensão, eventos acadêmicos, grupos de estudo e demais espaços formativos oferecidos pela universidade. Em diversos momentos da pesquisa, a falta de tempo apareceu como uma das principais dificuldades relatadas pelos estudantes, especialmente entre aqueles que precisam conciliar a graduação com jornadas de trabalho extensas e deslocamentos diários. Tal realidade limita as possibilidades de inserção em atividades que contribuem para o aprofundamento teórico, a produção do conhecimento e o desenvolvimento de competências profissionais.

Os dados de 2023 evidenciam essa questão de forma explícita. Quando questionados sobre possíveis melhorias para o curso, diversos estudantes destacaram a necessidade de ampliar as condições de participação dos alunos trabalhadores nas atividades acadêmicas. Entre as sugestões apresentadas, apareceram demandas relacionadas à flexibilização dos horários, oferta de atividades no período noturno, adequação dos estágios e maior acesso ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Um dos participantes afirmou que seria necessário ampliar “o acesso aos alunos trabalhadores ao tripé da educação”, enquanto outro destacou que é preciso garantir “o acesso aos alunos trabalhadores às atividades”.

Também foram relatadas dificuldades relacionadas à organização do curso em relação à realidade de quem trabalha, como a incompatibilidade de horários de disciplinas e atividades acadêmicas. Nesse sentido, um estudante apontou que “os horários disponibilizados para alunos trabalhadores” deveriam ser repensados, enquanto outro destacou que “as atividades que favoreçam o público noturno” precisam ser ampliadas. Além disso, foram mencionadas dificuldades específicas relacionadas ao estágio, como a necessidade de “campo de estágio e supervisão no período noturno” e maior flexibilidade para aqueles que não residem em Juiz de Fora. As respostas também evidenciaram que a participação em pesquisa, extensão e monitoria permanece condicionada às condições objetivas de permanência. Alguns estudantes indicaram a necessidade de “maior disponibilidade de bolsas

científicas/pesquisas” e de ampliação das oportunidades acadêmicas, demonstrando que a ausência de tempo, recursos e compatibilidade de horários pode limitar a vivência universitária para aqueles que precisam conciliar estudo e trabalho.

As dificuldades de participação também aparecem quando os estudantes são questionados sobre as fragilidades da formação profissional. Entre as respostas registradas em 2023, destacam-se relatos relacionados às barreiras de acesso às atividades de pesquisa, extensão e monitoria, especialmente para estudantes que conciliam a graduação com o trabalho e possuem menor disponibilidade de tempo. Um dos participantes afirmou existir “a impossibilidade de acesso à pesquisa e extensão, para alguns perfis de alunos, devido à existência de regras excludentes nos editais da faculdade”, evidenciando que determinados critérios podem limitar a participação de estudantes com diferentes condições de vida. Outros relatos reforçam essa percepção, como a indicação de “poucas vagas para extensão/iniciação científica/treinamento profissional” e a necessidade de “maior disponibilidade de bolsas científicas/pesquisas”. Além disso, os estudantes destacaram que a organização das atividades acadêmicas nem sempre considera a realidade daqueles que trabalham, apontando dificuldades como “atividades diurnas, dificultando a atuação do trabalhador” e a necessidade de maior flexibilidade para participação nas oportunidades oferecidas pelo curso. Dessa forma, observa-se que a formação profissional não se limita ao acesso às disciplinas, mas envolve também a possibilidade de inserção nas experiências complementares que compõem a trajetória universitária, como pesquisa, extensão e monitoria.

Os resultados das pesquisas realizadas em anos anteriores reforçam essa interpretação. Em 2015, os estudantes já apontavam a necessidade de ampliação das oportunidades de pesquisa, extensão, monitoria e treinamento profissional. Em 2018, apareceram demandas relacionadas à maior flexibilidade de horários, à ampliação das atividades práticas, ao aumento das visitas de campo e ao fortalecimento da articulação entre teoria e prática. Além disso, foram identificadas queixas sobre a ausência de atividades noturnas, a dificuldade de acesso aos campos de estágio para estudantes trabalhadores e a insuficiência de oportunidades acadêmicas compatíveis com as condições de quem necessita trabalhar.

Essa realidade produz impactos importantes na formação profissional. Embora a maioria dos estudantes avalie positivamente o curso e reconheça sua contribuição para a construção de uma leitura crítica da realidade social, diversos

relatos apontam limitações relacionadas à distância entre teoria e prática, à dificuldade de inserção em atividades complementares e à insuficiência de experiências que aproximem os estudantes do exercício profissional. Nesse contexto, a restrição do acesso a projetos de pesquisa, extensão e estágios pode limitar as oportunidades de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo da graduação.

De modo geral, os dados evidenciam que as condições de moradia, os custos e as dificuldades de deslocamento, bem como o acesso às políticas de assistência estudantil, podem constituir fatores centrais para a permanência dos estudantes da Faculdade de Serviço Social na universidade. Embora a UFJF disponha de uma estrutura consolidada de apoio estudantil, os resultados indicam a necessidade de fortalecimento e ampliação dessas políticas, especialmente diante do perfil socioeconômico dos estudantes e da abrangência regional da instituição. Nesse sentido, a assistência estudantil pode se configurar como um mecanismo de apoio financeiro, sendo uma política fundamental para a democratização do ensino superior e para a garantia do direito à educação.

2.3.4 Mulheres estudantes, trabalho e responsabilidades familiares

Este item tem como objetivo analisar como as desigualdades de gênero se expressam nas trajetórias acadêmicas das estudantes do curso de Serviço Social da UFJF, com especial atenção às experiências de conciliação entre a graduação, o trabalho e as responsabilidades familiares. Para isso, optou-se por destacar algumas trajetórias individuais que puderam ser apreendidas a partir dos dados das pesquisas analisadas. Considerando que se tratam de experiências individuais e em observância aos princípios éticos da pesquisa, não serão apresentados dados sensíveis que possam possibilitar a identificação das estudantes.

Cabe destacar que as informações relacionadas à maternidade e às responsabilidades familiares estão disponíveis apenas nos levantamentos realizados em 2018 e 2023, razão pela qual as análises desenvolvidas neste item se concentram nesses dois estudos. A partir desses dados, busca-se evidenciar como a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das atividades de cuidado podem

produzir desafios específicos para a permanência e a trajetória acadêmica das estudantes.

A análise dos dados coletados evidencia que a realidade das estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é profundamente marcada pelas desigualdades de gênero que estruturam a sociedade brasileira. Historicamente, o Serviço Social constitui-se como uma profissão fortemente feminizada, tanto em sua formação quanto em seu exercício profissional, característica relacionada à associação socialmente construída entre as mulheres e atividades de cuidado, proteção social e assistência às famílias. Os dados das pesquisas de 2015 - 2023 confirmam essa tendência histórica: das 97 pessoas participantes da pesquisa realizada em 2023, 81 são mulheres, correspondendo a aproximadamente 83,5% do total. Esse cenário já era observado em levantamentos anteriores, nos quais as mulheres representavam 90,1% dos estudantes em 2015, 85% em 2018 (136 de 160 respondentes) e aproximadamente 85% em 2020 (166 de 195 respondentes).

Nesse sentido, a análise da condição de estudante trabalhadora no curso de Serviço Social não pode ser dissociada das relações sociais de gênero. A expressiva presença de mulheres indica que os desafios relacionados à conciliação entre estudo e trabalho são atravessados, em grande medida, pela divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a maior responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidado. Tal realidade tende a produzir situações de sobrecarga, redução do tempo disponível para os estudos e maiores dificuldades para a permanência e conclusão da formação universitária. Dessa forma, o perfil predominantemente feminino do corpo discente do Serviço Social constitui um aspecto fundamental para compreender as experiências, desafios e estratégias desenvolvidas pelas estudantes trabalhadoras, especialmente aquelas que também exercem responsabilidades familiares e maternas.

A predominância feminina no curso permite refletir sobre como as experiências acadêmicas dessas estudantes são atravessadas por múltiplas determinações sociais relacionadas ao gênero, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho, à maternidade, às responsabilidades domésticas e aos cuidados familiares. Conforme analisa Biroli (2017), a posição das mulheres nas relações de trabalho está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho, que atribui a elas, de forma desigual, a responsabilidade pelas atividades domésticas e

de cuidado, em sua maioria não remuneradas. Essa dinâmica constitui um dos pilares da dominação de gênero no capitalismo, uma vez que o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico sustenta a reprodução da vida social sem reconhecimento econômico, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de inserção dos homens no trabalho remunerado. Os efeitos dessa desigual distribuição do trabalho extrapolam o espaço privado e repercutem diretamente nas oportunidades educacionais, pois as responsabilidades familiares restringem o tempo disponível para os estudos, a participação em atividades acadêmicas e a vivência universitária. Assim, compreender a trajetória das estudantes exige considerar que as dificuldades de permanência no ensino superior não decorrem apenas de fatores individuais, mas são produzidas pelas relações sociais de gênero que estruturam a sociedade e condicionam de forma desigual o acesso ao tempo, aos recursos e às oportunidades de formação (BIROLI, 2017).

Os dados da pesquisa revelam que essa realidade se manifesta concretamente na trajetória das estudantes do curso. Na pesquisa de 2023, entre as 81 mulheres participantes, 18 possuem filhos, representando cerca 22,2% desse grupo. Destas, 8 são casadas, 5 são solteiras, 4 divorciadas e 1 em união estável. Em relação ao número de filhos, 13 possuem um filho e 5 possuem dois filhos.

No que se refere às condições de trabalho, entre as 18 estudantes mães, 10 exerciam atividade remunerada, e 8 não estavam inseridas no mercado de trabalho e 9 eram as principais responsáveis pela renda familiar. Além disso, 6 residiam em outro município e realizavam deslocamentos diários para frequentar as aulas. Em relação às situações de desigualdade e violação de direitos vivenciadas pelas estudantes, 6 relatou vivências relacionadas ao adoecimento mental e 7 informaram situações de violência, evidenciando que essas experiências, embora não representem a totalidade das estudantes, produzem impactos significativos em suas trajetórias acadêmicas e nas condições de permanência no ensino superior.

Embora esses dados não permitam generalizações sobre o conjunto das estudantes do curso, eles evidenciam experiências que possibilitam compreender como a maternidade, articulada à divisão sexual do trabalho e às responsabilidades de cuidado, pode produzir desafios específicos para a permanência e a conclusão do ensino superior. Nesse sentido, mais do que mensurar a incidência desse fenômeno, a análise busca compreender como essas experiências expressam desigualdades de gênero que atravessam a trajetória acadêmica das estudantes.

Dentre as estudantes participantes da pesquisa que declararam possuir filhos, foram selecionadas e analisadas individualmente as trajetórias de 8 estudantes mães, buscando compreender, de forma mais aprofundada, os desafios vivenciados por esse grupo no processo de conciliação entre maternidade, formação acadêmica e demais responsabilidades sociais.

A Estudante 1, por exemplo, tem 39 anos, é mãe solo, trabalha formalmente, é a principal responsável pela renda familiar, reside em outra cidade e ainda realiza deslocamentos diários para frequentar as aulas. Ao ser questionada sobre as dificuldades enfrentadas na graduação, destacou explicitamente a locomoção, idade, o trabalho e a falta de tempo. Sua experiência demonstra como a permanência universitária envolve muito mais do que apenas frequentar as aulas, exigindo constante administração entre trabalho, maternidade, deslocamentos e atividades acadêmicas.

Situação semelhante é observada na trajetória da Estudante 3, mulher preta, solteira, mãe de dois filhos e principal responsável pelo sustento familiar. Com renda de até 1,5 salário mínimo para três pessoas, realiza deslocamentos diários de outro município para estudar e mantém uma jornada de trabalho de 30 horas semanais. Sua realidade evidencia a sobreposição entre desigualdades de gênero, raça e classe social, elementos que influenciam diretamente suas condições de permanência no ensino superior.

A Estudante 4 também ilustra a multiplicidade de jornadas assumidas pelas mulheres. Mãe de dois filhos, estudante dos períodos iniciais e responsável pela produção e venda de alimentos para geração de renda, descreve uma rotina que combina atividades domésticas, trabalho informal e estudos universitários. Embora não possua vínculo empregatício formal, relatou dedicar aproximadamente 40 horas semanais às atividades relacionadas ao sustento familiar.

As estudantes casadas também demonstram que a presença de um companheiro não elimina necessariamente a sobrecarga feminina. A Estudante 2, casada e mãe de um filho, trabalha 40 horas semanais e ainda comercializa produtos de beleza para complementar a renda familiar. A Estudante 6, mãe de dois filhos, nos últimos períodos da faculdade, abandonou temporariamente o trabalho para dedicar-se aos estudos, a mesma ainda informou que escolheu o curso noturno para conseguir conciliar o curso com seus outros afazeres. Ambas evidenciam que, mesmo quando a renda principal da família é proveniente do trabalho do esposo, as

responsabilidades relacionadas ao cuidado e à administração da vida cotidiana continuam recaindo majoritariamente sobre as mulheres.

A situação da Estudante 7 merece destaque por demonstrar os impactos de longo prazo dessa sobrecarga. Casada, mãe de um filho e estudante desperiodizada em relação à sua turma de ingresso, relatou dificuldades relacionadas à saúde mental, tendo recebido diagnóstico de transtorno mental após a pandemia. Além disso, afirmou já ter interrompido em algum momento as atividades laborais para priorizar os estudos e destacou que uma das principais limitações para sua participação em atividades acadêmicas extracurriculares é a falta de tempo. Sua trajetória sugere que as exigências relacionadas ao trabalho, à maternidade e à vida doméstica podem influenciar diretamente o tempo necessário para a conclusão da graduação.

A Estudante 8, por sua vez, apresenta outro perfil frequentemente invisibilizado nas análises sobre o ensino superior. Com 57 anos, casada, mãe, residente em outro município e principal responsável pela renda familiar, realiza deslocamentos frequentes para estudar e relatou dificuldades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais, à violência doméstica vivenciada e à adaptação às exigências acadêmicas. Sua experiência demonstra que as responsabilidades familiares podem permanecer presentes mesmo em etapas mais avançadas do ciclo de vida.

A partir desses relatos, observa-se que a vivência da maternidade não constitui um fenômeno isolado na trajetória acadêmica das estudantes, mas está articulada a outros elementos estruturais, como trabalho remunerado, renda familiar, deslocamento, acesso às políticas de assistência estudantil e condições de saúde física e mental. Entre as oito estudantes com filhos, seis exercem atividade remunerada ou realizam alguma atividade geradora de renda, enquanto apenas uma informou ter deixado o trabalho para dedicar-se exclusivamente aos estudos.

Essa realidade se torna ainda mais evidente quando analisadas as dificuldades relatadas pelas estudantes em relação à participação na vida universitária. A falta de tempo aparece repetidamente como justificativa para a não participação em atividades extracurriculares, projetos de pesquisa, extensão, monitorias, diretórios acadêmicos e movimentos estudantis. Entre as estudantes mães, diversas informaram não conseguir realizar todas as leituras indicadas nas

disciplinas ou participar de atividades complementares devido às demandas relacionadas ao trabalho e à família.

Essas dificuldades podem contribuir para o prolongamento da trajetória universitária e para processos de desperiodização. A experiência relatada por algumas estudantes evidencia que a sobreposição entre trabalho, responsabilidades familiares e atividades acadêmicas pode resultar em atrasos na conclusão do curso, exigindo maior tempo para integralização curricular. A trajetória da Estudante 7 ilustra essa realidade ao revelar uma situação de desperiodização associada a diferentes desafios vivenciados ao longo da graduação, incluindo responsabilidades familiares, questões relacionadas à saúde mental e dificuldades de participação em atividades acadêmicas.

Além disso, as próprias estudantes apontam dificuldades relacionadas ao acúmulo de atividades, à falta de tempo para os estudos e à necessidade de conciliar múltiplas responsabilidades. Em diferentes pesquisas realizadas ao longo dos anos, aparecem relatos sobre excesso de trabalhos concentrados no final dos períodos letivos, dificuldades de acompanhamento das disciplinas e limitações para participação em atividades formativas complementares. Tais fatores podem comprometer o desempenho acadêmico e ampliar o tempo necessário para a conclusão da graduação.

Os dados referentes às atividades extracurriculares reforçam essa interpretação. Em 2023, apenas uma estudante mãe participava de projeto de extensão como voluntária e apenas uma participava de atividade de mobilidade acadêmica. A maioria relatou não participar de nenhuma atividade complementar, citando principalmente a falta de tempo, o trabalho e as responsabilidades familiares. Tal cenário revela que as oportunidades de vivência universitária tendem a ser distribuídas de forma desigual entre os estudantes, favorecendo aqueles que dispõem de maior disponibilidade temporal.

Mesmo entre as estudantes que não possuem filhos, os dados indicam a presença de desafios relacionados às condições socioeconômicas e às exigências da vida acadêmica. Das 81 mulheres participantes da pesquisa, 63 não possuíam filhos, correspondendo a 77,8% do total. Entre essas estudantes, 17 exerciam atividade remunerada (27%) e 24 informaram estar procurando emprego (38,1%). Além disso, grande parte dessas estudantes relataram não participar de movimentos estudantis, coletivos ou outras atividades acadêmicas, 20 informaram como

empecilho a falta de tempo (31,7%). Embora não vivenciem diretamente as responsabilidades relacionadas à maternidade, essas estudantes também enfrentam limitações econômicas, profissionais e familiares que podem interferir na participação acadêmica e na experiência universitária.

As desigualdades de gênero também se expressam nas experiências de violência, preconceito e sofrimento psíquico relatadas pelas estudantes. Em 2023, 52 mulheres participantes afirmaram já ter sofrido algum tipo de preconceito, correspondendo a 64,2% do total de respondentes mulheres (81 participantes). Entre as formas mencionadas destacam-se preconceitos relacionados à raça/cor, aparência estética, condição social e gênero. Além disso, 28 estudantes relataram já ter vivenciado algum tipo de violência (34,6%), incluindo situações de violência doméstica, violência sexual, violência verbal e negligência. Esses dados evidenciam que as desigualdades presentes na trajetória universitária não se restringem às condições econômicas, mas também envolvem relações sociais marcadas por gênero, raça e outras formas de opressão que podem impactar a permanência e o desenvolvimento acadêmico das estudantes.

Os relatos das estudantes mães evidenciam a gravidade dessas experiências. A Estudante 2 informou ter sido vítima de violência doméstica. A Estudante 7 relatou experiências de violência física e negligência durante a infância, além de preconceito relacionado à condição social e assédio moral na universidade. A Estudante 8 também declarou ter sido vítima de violência doméstica. Tais situações demonstram que as dificuldades enfrentadas pelas estudantes extrapolam o campo acadêmico, estando relacionadas a diferentes expressões da questão social.

A saúde mental constitui outra dimensão relevante. Na pesquisa de 2023, ficou evidente que, entre as 81 estudantes mulheres que responderam ao levantamento, 29,6% (24 estudantes) declararam possuir transtorno mental ou sofrimento psíquico diagnosticado. Entre estas, 14 receberam o diagnóstico após a pandemia da Covid-19. Além disso, apenas 18 realizavam acompanhamento terapêutico regular, sendo que uma estudante relatou dificuldades financeiras para manter o atendimento psicológico. Os dados de 2020 reforçam esse quadro, demonstrando aumento dos níveis de ansiedade, estresse, sensação de solidão e piora da qualidade do sono durante a pandemia, relatado pelas alunas na pesquisa.

Entre as estudantes mães, destaca-se especialmente a situação da Estudante 7, que atribuiu nota mínima à sua saúde mental e relatou diagnóstico posterior à pandemia. Sua trajetória evidencia como a sobreposição entre trabalho, maternidade, responsabilidades familiares e exigências acadêmicas pode produzir impactos significativos sobre o bem-estar psicológico.

Dessa forma, a análise dos dados evidencia que a saúde mental dos estudantes não pode ser compreendida de maneira isolada ou individualizada. O sofrimento psíquico identificado relaciona-se diretamente às condições concretas de existência, às desigualdades sociais, às exigências do trabalho e às dificuldades enfrentadas na trajetória universitária. Nesse sentido, o fortalecimento de políticas institucionais de acolhimento, acompanhamento psicológico e apoio à permanência estudantil mostra-se fundamental para enfrentar os impactos do desgaste físico e emocional vivenciados pelos estudantes

Portanto, os dados analisados permitem concluir que a trajetória acadêmica das mulheres estudantes do curso de Serviço Social da UFJF é marcada por múltiplas formas de desigualdade que se articulam entre si. A maternidade, o trabalho remunerado, o trabalho doméstico que é muitas vezes invisibilizado, os deslocamentos cotidianos, as limitações econômicas, as experiências de violência e as questões relacionadas à saúde mental constituem elementos que influenciam diretamente as condições de acesso, permanência e participação dessas mulheres no ensino superior. Nesse sentido, compreender a realidade das estudantes exige reconhecer que sua experiência universitária é atravessada por determinações que extrapolam os muros da universidade, refletindo desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira e reafirmando a necessidade de fortalecimento das políticas de assistência estudantil e de permanência voltadas às mulheres, especialmente às estudantes trabalhadoras e mães.

A análise de Biroli (2017) contribui para compreender que essas dificuldades não são resultado de escolhas individuais, mas da forma como a divisão sexual do trabalho organiza as relações sociais e distribui de maneira desigual as responsabilidades de cuidado e reprodução da vida. Para a autora, a exploração do trabalho das mulheres ocorre tanto no plano coletivo, ao atribuir socialmente às mulheres a responsabilidade pelo cuidado das crianças e das atividades domésticas, quanto no plano individual, por meio da apropriação cotidiana desse trabalho no âmbito familiar. Ainda que as configurações familiares tenham se transformado, as

mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado, o que restringe suas oportunidades de formação, inserção profissional e participação em outras esferas da vida social.

Biroli (2017) também ressalta que essa realidade não afeta todas as mulheres da mesma forma, sendo atravessada por desigualdades de classe, raça e condições econômicas, que produzem experiências distintas de inserção no trabalho e de acesso aos direitos. Assim, para muitas mulheres das classes trabalhadoras, o ingresso no trabalho remunerado não representa a superação das desigualdades, mas a sobreposição entre o trabalho assalariado e a manutenção das responsabilidades domésticas e familiares. Os resultados desta pesquisa dialogam com essa análise ao evidenciarem que as estudantes trabalhadoras e mães enfrentam não só uma dupla jornada, mas uma tripla jornada, a qual pode reduzir o tempo disponível para os estudos, para a participação nas atividades acadêmicas e para o descanso, produzindo impactos diretos em suas condições de permanência na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender as dificuldades de acesso e permanência dos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), buscando identificar a caracterização desses estudantes no período de 2015 a 2023 e analisar como as desigualdades sociais, especialmente relacionadas à classe, raça e gênero, incidem sobre suas condições de permanência e trajetórias acadêmicas.

A partir da análise bibliográfica e documental realizada, foi possível identificar que o acesso ao ensino superior, embora tenha apresentado avanços decorrentes das políticas de democratização e ampliação das oportunidades educacionais, permanece atravessado por desigualdades sociais que influenciam não apenas o ingresso, mas também as condições concretas de permanência dos e das estudantes. Nesse sentido, a trajetória universitária não pode ser compreendida de forma dissociada das condições materiais de vida dos sujeitos, uma vez que fatores relacionados à renda, trabalho, moradia, deslocamento, responsabilidades familiares

e acesso às políticas de assistência estudantil podem interferir diretamente na experiência acadêmica.

Os dados analisados evidenciaram a permanência de um perfil predominantemente feminino no curso de Serviço Social da UFJF, característica historicamente relacionada à própria constituição da profissão e à associação socialmente construída entre mulheres, cuidado e proteção social. Além disso, observou-se a presença significativa de estudantes jovens, embora o curso também seja composto por estudantes mais velhos e com trajetórias educacionais diversas, revelando a heterogeneidade do corpo discente. Em relação à raça/cor, os levantamentos analisados indicam a presença expressiva de estudantes negros, embora os dados também demonstrem a permanência de desigualdades relacionadas à inserção racial no ensino superior.

No que se refere às condições socioeconômicas, os resultados apontaram que grande parte dos estudantes está inserida em famílias com rendimentos reduzidos, principalmente nas faixas de até três salários mínimos, frequentemente compartilhados entre diferentes membros do núcleo familiar. Essa realidade pode evidenciar que a permanência universitária pode estar relacionada às condições econômicas dos estudantes e de suas famílias, exigindo estratégias individuais e coletivas para garantir a continuidade da formação.

A análise da relação entre trabalho e graduação demonstrou que uma pequena parcela, mas significativa, dos estudantes do curso de Serviço Social concilia a formação acadêmica com atividades remuneradas, muitas vezes inseridas em jornadas extensas e ocupações vinculadas ao setor de serviços, ao trabalho administrativo e a formas diversas de inserção laboral. Embora os dados não indiquem que todos os estudantes enfrentem a necessidade de trabalhar durante a graduação, evidenciam que aqueles que exercem atividades remuneradas vivenciam desafios específicos relacionados à disponibilidade de tempo, participação acadêmica e acompanhamento das exigências do curso.

As jornadas de trabalho, os deslocamentos diários, a necessidade de geração de renda e as dificuldades de acesso a determinadas oportunidades acadêmicas aparecem como elementos que podem limitar a participação em atividades de pesquisa, extensão, monitoria e demais espaços formativos. Dessa forma, a permanência universitária envolve não apenas a presença física na instituição, mas

também a possibilidade de usufruir plenamente das oportunidades oferecidas pela universidade.

Outro aspecto relevante identificado refere-se às condições de gênero presentes na trajetória das estudantes. A predominância feminina no curso evidencia a necessidade de analisar a experiência universitária considerando a divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual das responsabilidades relacionadas ao cuidado e ao trabalho doméstico. Os dados referentes às estudantes mães demonstram que a maternidade, associada ao trabalho remunerado, às responsabilidades familiares, aos deslocamentos e às limitações econômicas, pode produzir desafios adicionais para a permanência e conclusão da graduação.

Nesse sentido, observa-se que as oportunidades de vivência universitária não são distribuídas de forma igualitária entre todos os estudantes. Enquanto alguns possuem maior disponibilidade para dedicação às atividades acadêmicas, muitas mulheres, especialmente mães e trabalhadoras, precisam administrar demandas relacionadas ao trabalho remunerado, às responsabilidades familiares e às atividades de cuidado. Essa realidade evidencia que as desigualdades de gênero ultrapassam o espaço doméstico e produzem impactos diretos sobre as trajetórias educacionais, influenciando as possibilidades de participação universitária, acesso a experiências formativas e, em alguns casos, o tempo necessário para a conclusão da graduação.

Dessa forma, os resultados da pesquisa indicam que os desafios da permanência universitária não podem ser compreendidos apenas a partir das condições econômicas. As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho constituem dimensões fundamentais para compreender as experiências das estudantes trabalhadoras do curso de Serviço Social da UFJF, reforçando a necessidade de políticas institucionais de permanência que considerem as especificidades das estudantes mães, trabalhadoras e responsáveis pelas atividades de cuidado.

A assistência estudantil aparece, nesse contexto, como um importante mecanismo de apoio para redução das barreiras econômicas e sociais enfrentadas pelos estudantes. Os dados analisados podem indicar a relevância de políticas como bolsas, auxílios financeiros e equipamentos institucionais, como o Restaurante Universitário, para contribuir com a permanência acadêmica. Entretanto, também apontam desafios relacionados ao acesso e à abrangência dessas políticas,

indicando a necessidade de fortalecimento e ampliação das ações de permanência estudantil.

Dessa forma, os resultados da pesquisa permitem compreender que a permanência no ensino superior é atravessada por desigualdades sociais que ultrapassam a dimensão acadêmica, estando vinculadas às condições concretas de existência dos estudantes. A universidade, embora constitua um espaço de ampliação de oportunidades, também reproduz desafios presentes na sociedade, tornando fundamental a construção de estratégias institucionais que considerem as diferentes realidades e necessidades dos sujeitos que compõem o espaço universitário.

Como limites desta pesquisa, destaca-se o recorte institucional realizado, concentrado nos estudantes do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como a utilização de dados provenientes de diferentes levantamentos com características e tamanhos amostrais distintos. Dessa forma, os resultados apresentados não permitem generalizações para todos os estudantes universitários, mas possibilitam compreender aspectos específicos da realidade investigada e contribuir para o debate sobre permanência estudantil no ensino superior público.

Como contribuição, a pesquisa busca ampliar a compreensão sobre a realidade dos estudantes trabalhadores e evidenciar a importância de análises que considerem as dimensões econômicas, sociais e culturais que atravessam suas trajetórias acadêmicas. Além disso, aponta para a necessidade de aprofundamento de estudos futuros sobre temas como trabalho e formação profissional, desigualdades de gênero no ensino superior, maternidade, estágio supervisionado e os impactos das condições de vida na permanência universitária.

Por fim, compreender a trajetória dos estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da UFJF significa reconhecer que o direito à educação superior não se encerra no acesso à universidade. A permanência e a conclusão da graduação dependem de condições materiais e institucionais que possibilitem aos estudantes desenvolverem sua formação de maneira plena, reafirmando a importância das políticas de permanência estudantil como instrumentos fundamentais para a democratização efetiva do ensino superior.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla (org.). **Juventudes e desigualdades**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Getúlio Dornelles Vargas – Biografia**. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2017. cap. 1, p. 21-52.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas**. In: ABRAMO, WENDEL, BRANCO, MARTONI. (orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Renda, pobreza e desigualdade: indicadores**. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>. Acesso em: 18 set. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. 2008.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia de Michel Temer**. Disponível em: <https://biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, 2003.
- CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior**. Avaliação, v. 21, n. 2, p. 459-482, 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: 500 Anos de Educação no Brasil - 3ª Ed. 2007. São Paulo: Autentica, 2007a.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007b.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 111, p. 47-70, dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/pRhmsfZzzTNp76ZqhrWwCvJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FERREIRA, Ana Maria. **Capitalismo em crise, educação superior e as configurações do perfil do estudante de Serviço Social: reflexões a partir do estágio supervisionado**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Cap. 3. p. 82-134

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capital: por uma pedagogia da pergunta**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: reflexões sobre a atualidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, v.19, n.1, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FUNDAÇÃO FHC. **Biografia de Fernando Henrique Cardoso**. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Juscelino Kubitschek – Biografia (CPDOC)**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/juscelino-kubitschek> . Acesso em: 25 nov. 2025.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno**. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). **Biografia – Luiz Inácio Lula da Silva**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2024: apresentação dos resultados**. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/a_presentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 13 jun. 2026.

SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência**. Katálysis, v. 19, n. 1, p. 123-137, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQvtbRMs>. Acesso em: 17 set. 2025.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Carolina Morais Simões de Melo. **Educação para o trabalho: a formação profissional de jovens pobres**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015

MELO, Carolina Morais Simões de Melo . **Juventude e educação para o trabalho: a experiência de uma geração**. Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 209–223, 2º sem. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

REVISTA NEWS. **Pesquisa mostra o perfil do estudante universitário brasileiro**. Revista News, 21 mai. 2020. Disponível em: <<https://revistanews.com.br/2020/05/21/pesquisa-mostra-o-perfil-do-estudante-universitario-brasileiro/>> . Acesso em: 28 nov. 2025.

RISTOFF, Dilvo. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Avaliação, v. 19, n. 3, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Apresentação**. Juiz de Fora: UFJF, 2025a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/apresentacao/> . Acesso em: 23 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Apresentação**. Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF, 2025b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facssocial/apresentacao/> . Acesso em: 23 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Assistência estudantil.** *Minha UFJF*. Juiz de Fora: UFJF, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/minhaufjf/assistencia-estudantil/> Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Histórico.** Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF, 2025c. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facssocial/institucional/historico/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Mais de 9 mil estudantes estão envolvidos em atividades fora de sala de aula.** Juiz de Fora, 12 jun. 2019a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/06/12/mais-de-9-mil-estudantes-estao-envolvidos-e-m-atividades-fora-de-sala-de-aula> . Acesso em: 28 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Projeto político-pedagógico.** Faculdade de Serviço Social. Juiz de Fora: UFJF, 2023. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-2023-Faculdade-de-Servi%C3%A7o-Social.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Bolsas e Auxílios brasileiros.** Juiz de Fora: UFJF, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/proae/editais/2024-fluxo-contínuo/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Quase 70% dos estudantes da UFJF têm renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário mínimo.** Juiz de Fora, 16 maio 2019b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/16/quase-70-dos-estudantes-da-ufjf-tem-renda-familiar-mensal-per-capita-ate-15-salario-minimo> . Acesso em: 28 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). **Segundo pesquisa, 20% dos estudantes da UFJF trabalham.** Juiz de Fora, 3 jun. 2019c. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/06/03/segundo-pesquisa-20-dos-estudantes-da-ufjf-trabalham> . Acesso em: 28 nov. 2025.

ANEXOS

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desigualdades sociais e acesso ao ensino superior: uma perspectiva sobre os estudantes trabalhadores

Pesquisador: CAROLINA MORAIS SIMOES DE MELO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 96425726.1.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Serviço Social

Patrocinador Principal: Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.538.470

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo "Informações Básicas do Projeto":

"Resumo: Esta pesquisa tem como objeto as condições de permanência e conclusão do ensino superior de estudantes trabalhadores do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Parte-se da compreensão de que os estudantes que conciliam trabalho e estudo constituem um grupo expressivo no ensino superior público, mas ainda pouco visibilizado nos debates institucionais, especialmente no que se refere às políticas de permanência estudantil. O objetivo geral é compreender e analisar as condições de permanência e conclusão de estudantes trabalhadores no ensino superior público, particularmente no curso de Serviço Social da UFJF. Como objetivos específicos, busca-se: analisar o perfil socioeconômico desses estudantes; compreender, a partir de suas experiências, os principais obstáculos enfrentados na trajetória acadêmica; e analisar o papel da assistência estudantil da UFJF na permanência desses sujeitos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em referencial teórico do Serviço Social e das Ciências Sociais. Os procedimentos metodológicos incluem análise teórico-bibliográfica, análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa de campo será desenvolvida com estudantes regularmente matriculados e

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N

Bairro: SAO PEDRO

CEP: 36.036-900

UF: MG

Município:

JUIZ DE FORA

Telefone: (32)2102-3788

E-:

cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.538.470

egressos dos últimos dois anos do curso noturno de Serviço Social da UFJF que exerçam ou tenham exercido atividade laboral concomitantemente à graduação."

Objetivo da Pesquisa:

As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo *Informações Básicas do Projeto*: "Objetivo Primário: Compreender e analisar as condições de permanência e conclusão de estudantes trabalhadores no ensino superior público, particularmente no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Objetivo Secundário: Analisar o perfil socioeconômico dos estudantes trabalhadores da faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Compreender, a partir dos sujeitos sociais, os principais obstáculos enfrentados por esses estudantes na sua trajetória acadêmica; Analisar o papel da assistência estudantil da UFJF na permanência desses sujeitos."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo *Informações Básicas do Projeto*: "Riscos: A participação nesta pesquisa envolve riscos mínimos, podendo ocasionar eventual desconforto emocional ao abordar aspectos relacionados à trajetória acadêmica, às condições de trabalho, às dificuldades socioeconômicas e às experiências pessoais no ambiente universitário. Caso o(a) participante se sinta desconfortável, poderá interromper a entrevista ou desistir da participação a qualquer momento. Como forma de proteção, será garantido o respeito aos limites do(a) participante, o sigilo das informações prestadas e a possibilidade de não responder a perguntas que causem desconforto. Benefícios: Não há benefícios diretos aos(as) participantes; entretanto, a pesquisa poderá contribuir para a produção de conhecimento acadêmico e para a reflexão acerca da realidade dos(as) estudantes trabalhadores(as) e egressos(as) dos últimos dois anos do curso de Serviço Social da UFJF, bem como para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil. A participação nesta pesquisa não é remunerada e não implicará em qualquer gasto para os(as) participantes, não havendo necessidade de deslocamentos ou despesas adicionais para a realização da entrevista."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As pesquisadoras apresentam titulação e experiência compatível com o projeto de

Endereço:	JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP:	36.036-900
Bairro	SAO PEDRO		
UF:	MG	Município	JUIZ DE FORA
Telefone	(32)2102-3788	E-	cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.538.470

pesquisa e apresentam comprovantes do Currículo Lattes. O estudo proposto apresenta pertinência e valor científico. O objeto de estudo está bem delineado e descreve as bases científicas que o justificam. Os objetivos da pesquisa estão claros, bem delineados e compatíveis com a proposta. Os riscos e benefícios descritos foram adequados e estão em conformidade com a natureza e propósitos da pesquisa. O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo, e a pesquisadora apresenta estratégias para minimizá-los. A metodologia é compatível com os objetivos propostos e informa: tipo de estudo; número de participantes; tipo de análise; critérios de inclusão; procedimentos que serão utilizados; modo de coleta de dados; consentimento livre e esclarecido e cuidados éticos. Foram informados a forma de recrutamento e o processo de abordagem dos participantes. As referências bibliográficas são atuais, sustentam os objetivos do estudo e seguem uma normatização. O cronograma mostra: o agendamento das diversas etapas da pesquisa e foi atualizado, considerando o contato com o campo e início da coleta após a aprovação pelo CEP. O orçamento lista a relação detalhada dos custos da pesquisa e apresenta o responsável pelo financiamento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os documentos obrigatórios apresentados, conforme as exigências a Resolução CNS nº 510/2016 e legislação correlata: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) está adequado, contemplando todos os itens exigidos, em linguagem acessível e clara, garantindo o direito à informação, voluntariedade, sigilo, anonimato e possibilidade de desistência sem prejuízo. A Folha de Rosto está devidamente preenchida e assinada. Foi incluída a Declaração de Concordância e Infraestrutura. O instrumento de coleta de dados e demais documentos anexados encontram-se compatíveis com os objetivos e procedimentos do estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecidos na Lei 14.874/2024, no Decreto 12.651/2025, na Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, e demais normas vigentes. Data prevista para o término da pesquisa: 23/12/2026.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788

CEP: 38.036-900

E- cep.propp@ufjf.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.538.470

Considerações Finais a critério do CEP:

Observa-se o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2739377.pdf	23/06/2026 13:00:30		Aceito
Outros	oProjetodetalhadomodificado.docx	23/06/2026 13:00:13	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	ModeloCartadependencias.docx	23/06/2026 12:56:20	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	recurso.odt	14/05/2026 10:18:26	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	FORMULARIODERESPONSAASPENDENCIASDOCEPUFJF.docx	06/05/2026 09:39:41	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	DECLARACAODECONCORDANCIA.pdf	06/05/2026 09:37:38	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.docx	16/03/2026 18:40:24	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpesquisalarissa.pdf	10/03/2026 08:01:27	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	Termodesigiloassinado.pdf	23/02/2026 18:38:40	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	ROTEIROENTREVISTAS.docx	20/02/2026 09:10:01	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	CurriculoLarissa.pdf	20/02/2026 08:59:02	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Outros	CurriculoCarolina.pdf	20/02/2026 08:58:54	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	12/02/2026 22:57:42	LARISSA DE SOUZA KRAITSFELD	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 E- cep.propp@ufff.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 8.538.470

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 25 de Junho de 2026

Assinado por:
ANA ELIZA ANDREAZZI
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788

CEP: 36.036-900

E- cep.propp@ufjf.br